



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL
ADM: 2025/2028



LEI MUNICIPAL Nº 542/2025

São Salvador do Tocantins, de 08 de dezembro 2025

LEI SANCIONADA

08 / 12 / 25

PREFEITO MUNICIPAL

**"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO
DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO
SALVADOR DO TOCANTINS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, ANDRÉ MIGUEL RIBEIRO DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica deste Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVOU, e eu SANCIONO, a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Contingência Municipal de São Salvador do Tocantins, anexo I, que dispõe sobre as diretrizes, ações e procedimentos a serem adotados em situações de emergência e calamidade pública.

Art. 2º O Plano de Contingência tem como objetivo garantir a proteção da população, a continuidade dos serviços públicos essenciais e a mobilização de recursos necessários para a resposta a emergências.

Art. 3º As ações previstas no Plano de Contingência serão executadas pelas Secretarias Municipais competentes, em articulação com órgãos estaduais e federais, e com a participação da sociedade civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Salvador do Tocantins, aos 08 dias do mês de dezembro de 2025.


André Miguel Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL
ADM: 2025/2028



ANEXO I – PLANO MUNICIPAL DE CONTINGENCIAMENTO

Plano de Contingência Municipal

PLANCON

DEFESA CIVIL
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS (TO)



2024

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	OBJETIVOS	8
3.	CONHECIMENTOS GERAIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	8
4.	HIPÓTESES DE DESASTRES – CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS	16
5.	CENÁRIO DE RISCO - INCÊNDIOS FLORESTAIS	22
5.1	CONTRUÇÃO DO CENÁRIO	30
5.2	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INCÊNDIOS FLORESTAIS	31
5.2.1	PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS.....	31
5.2.2	CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO	33
5.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	34
5.3	PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INCENDIOS FLORESTAIS .	35
5.3.1	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA.....	35
5.3.2	INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA).....	35
5.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA	36
5.4	PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)	36
6.	CENÁRIO DE RISCO - INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS.....	38
6.1	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO	39
6.2	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INUNDAÇÕES, ENXURRADAS E ALAGAMENTOS 40	
6.2.1	RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	41
6.2.2	CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO	42
6.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	44
6.3	PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INUNDAÇÕES.....	44
6.3.1	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA.....	44
6.3.2	INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA).....	45
6.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA	46
6.4	PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)	46
7.	CENÁRIO DE RISCO - ROMPIMENTO DE BARRAGEM	48

7.1	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO	50
7.2	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO ROMPIMENTO DE BARRAGENS.....	52
7.2.1	RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	52
7.2.2	CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO	53
7.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	55
7.3	PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ROMPIMENTO DE BARRAGEM.....	55
7.3.1	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA.....	57
7.3.2	INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA).....	58
7.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA	58
7.4	PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)	59
8.	CENÁRIO DE RISCO - DESLIZAMENTOS E EROSÕES.....	Erro! Indicador não definido.
8.1	CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO	Erro! Indicador não definido.
8.2	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DESLIZAMENTOS E EROSÕES.....	Erro! Indicador não definido.
8.2.1	RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	Erro! Indicador não definido.
8.2.2	CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO	Erro! Indicador não definido.
8.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	Erro! Indicador não definido.
8.3	PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A DESLIZAMENTOS	Erro! Indicador não definido.
8.3.1	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA.....	Erro! Indicador não definido.
8.3.2	INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA).....	Erro! Indicador não definido.
8.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA.....	Erro! Indicador não definido.
8.4	PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE).....	Erro! Indicador não definido.
9.	CENÁRIO DE RISCO - SECA.....	60
9.1	CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO	61
9.2	MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PARA A SECA	62

9.2.1	RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	62
9.2.2	CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO	64
9.2.3	IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	65
9.3	PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A SECA	66
9.3.1	IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA.....	66
9.3.2	INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA.....	66
9.3.3	IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA	68
9.4	PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)	68
10.	REFERÊNCIAS	93

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência Municipal (PLANCON) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do município de São Salvador do Tocantins são desenvolvidos em atendimento à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída por meio da Lei Federal 12.608/2012. Em seu artigo 22, § 2º, inciso II, essa lei prevê que os municípios elaborem um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituam órgãos municipais de Defesa Civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2017), o PLANCON funciona como um planejamento da resposta ao desastre, em que são definidos os procedimentos, ações e decisões que devem ser tomadas no momento da ocorrência do evento. Nesta etapa de resposta, acontece, portanto, a operacionalização do plano de contingência, quando todo o planejamento feito anteriormente é adaptado à situação real do desastre.

Em consonância à Instrução Normativa nº 02 de 20 de dezembro de 2016, o Plano de Contingência é o documento que registra o planejamento elaborado a partir da percepção do risco de determinados tipos de desastres e estabelece os procedimentos e responsabilidades. Assim, este PLANCON registra o planejamento elaborado a partir da percepção e análise de cenários de risco de desastres possíveis de acontecerem no município de São Salvador do Tocantins (TO) e estabelece os procedimentos para ações de monitoramento, alerta, alarme, fuga, socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Conforme prescrito pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) do Governo do Estado de Tocantins, a atuação dos órgãos de Defesa Civil ocorre por meio de sucessão de esforços, considerando a concepção do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

(SINPDEC). Dessa forma, primeiramente a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil realiza as atividades de Defesa Civil para minimização dos desastres e realiza o atendimento das ocorrências pontuais. Dentre as atribuições da COMPDEC, as ações de prevenção aos desastres são primordiais. Por esse motivo, faz-se necessário que o município desenvolva um levantamento de dados sobre situações de risco e de vulnerabilidade existentes dentro das fronteiras municipais.

As informações contidas neste documento foram elaboradas a partir do desenvolvimento de um diagnóstico e mapeamento dos riscos de áreas vulneráveis de São Salvador do Tocantins, realizado pelos gestores da Poder Público do município. O PLANCON serve de orientação à Defesa Civil e à Prefeitura Municipal, na prevenção e preparação a desastres, com vistas à proteção da população e aos recursos naturais do município. O mapa a seguir demonstra a localização do município no estado de Tocantins.

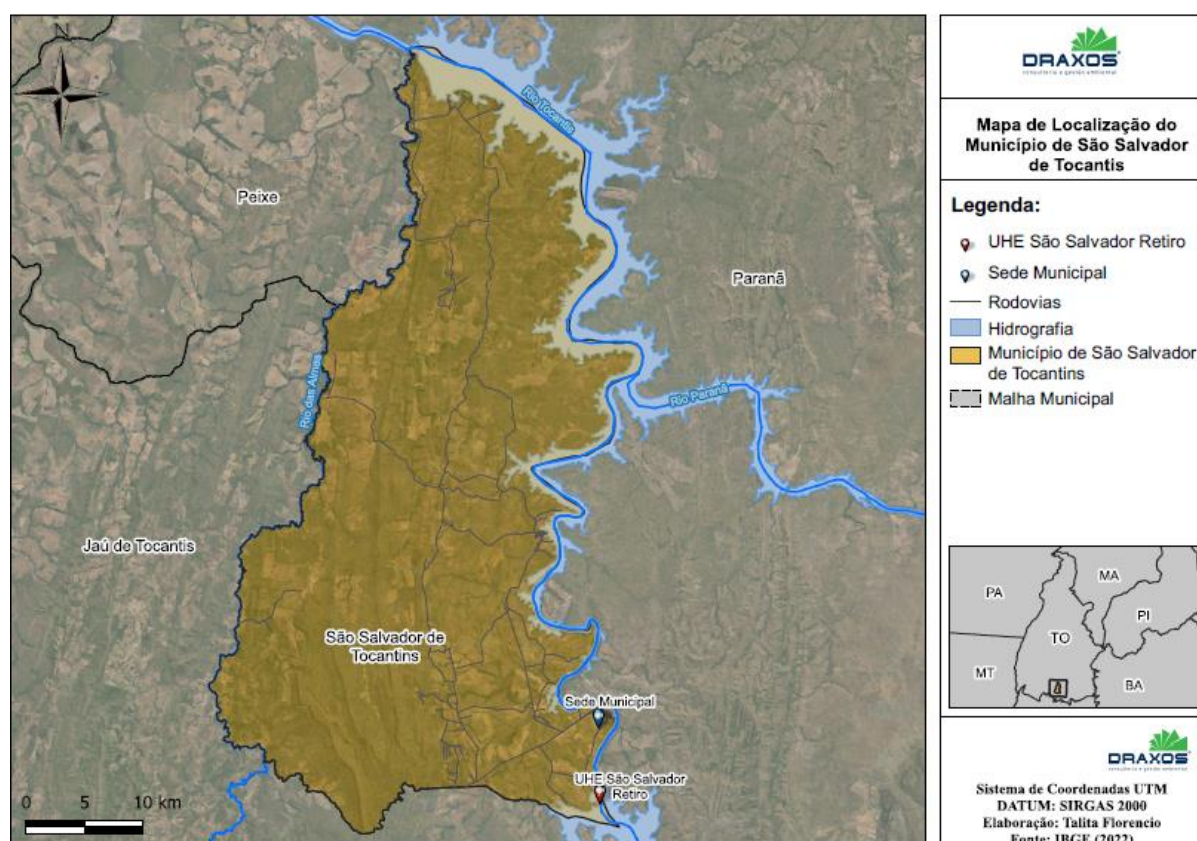


Figura 1 - Localização do Município de São Salvador do Tocantins (TO).

2. OBJETIVOS

Este documento tem por objetivo definir medidas de preparação e resposta para situações de emergência ou desastres ocorridos no município de São Salvador do Tocantins (TO), possibilitando que as ações sejam eficazes na proteção da população e na redução dos danos e prejuízos gerados a partir do acontecimento. Como objetivos específicos do PLANCON, tem-se:

- Identificar a área de abrangência do PLANCON, bem como pontos de vulnerabilidade existentes nesta área;
- Estabelecer procedimentos padrões de comunicação, para prevenção e alerta à população sobre as situações de calamidade e adversidades;
- Estabelecer as atribuições de cada uma das Secretarias Municipais e instituições parceiras abrangidas no PLANCON;
- Facilitar a articulação e resposta ao acontecimento, com vistas a proteger a população e o meio ambiente e restabelecer a situação de normalidade no município com a maior rapidez possível;
- Fortalecer a gestão integrada da administração pública municipal.

3. CONHECIMENTOS GERAIS: HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

História

O município de São Salvador do Tocantins está localizado na região sul do estado de Tocantins (TO), na mesorregião Ocidental do Gurupi, ficando a 447 km da capital Palmas, a margem esquerda do Rio Tocantins, entre as Fozes dos Rios Mutum e Almas. A cidade fica próxima aos municípios de Palmeirópolis (TO), Jaú do Tocantins (TO), Paranã (TO) e Minaçu (GO).

Na década de 1970, a origem histórica de São Salvador do Tocantins remonta à formação de um aglomerado populacional composto por lavradores nas proximidades do rio Tocantins, no ponto crucial de travessia que conecta Paranã a Palmeirópolis. A composição demográfica desse núcleo é, predominantemente, constituída por

indivíduos originários, sobretudo, dos estados do Maranhão, Minas Gerais e Ceará, havendo também a presença significativa de imigrantes italianos.

O vereador designado na época, Luiz Furtado de Almeida, foi responsável pela condução do processo de emancipação do município de São Salvador do Tocantins (anteriormente denominado São Salvador de Goiás), por meio da Lei Estadual nº. 251/91, datada de 20 de fevereiro de 1991. Este ato resultou no desmembramento do referido município de Palmeirópolis, culminando na instalação da sede municipal em 1993.

Censo demográfico

Conforme os dados do Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o território do município de São Salvador do Tocantins abrange uma extensão de 1.424 km², contando com uma população residente de 2.385 habitantes. A densidade demográfica na área municipal é de 1,67 habitantes por km². O município possui duas vias principais de acesso, sendo elas a TO 491 e TO 291.

O IBGE assinalou também que, em 2021, o PIB per capita do município era de R\$ 15.926,43. Na comparação com outros municípios do estado de Tocantins, São Salvador do Tocantins se encontra nas posições 113 de 139 e na 3633 de 5570 entre todos os municípios do país.

Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
São Salvador do Tocantins	113	3633
Total de Municípios	139	5570

No que tange ao trabalho e à **geração de renda** da população local, o IBGE apontou que, em 2021, 48,9% da população possuía rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Estima-se, ainda, que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 12,17%, sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,5 salários mínimos.

Em relação as **atividades econômicas** desenvolvidas no município, as principais fontes são o funcionalismo público proveniente da prefeitura, seguidas pela agricultura familiar, pecuária, comércio e turismo. Destaca-se que o município não possui indústrias operantes.

Acerca do **acesso à educação**, o IBGE apontou que, em 2010, a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade era de 98,9%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 11 de 139. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 718 de 5570.

Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
São Salvador do Tocantins	11	718
Total de Municípios	139	5570

Segundo dados recentes do poder público municipal (2024), a infraestrutura escolar do município de São Salvador do Tocantins conta com as seguintes unidades escolares disponibilizadas para a população:

INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES ESCOLARES DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS			
Nome	Localização	Descrição (Acomodação e Capacidade)	Contato do responsável
Colégio Estadual Porto do Rio Maranhão	Sede São Salvador do Tocantins	10 salas, 3 banheiros masculinos, 3 banheiros femininos, 3 banheiros individuais, 1 pátio, 1 Quadra. Capacidade: 200 pessoas	Wanderson (63) 99285-3031
Escola Estadual Brasil Para Todos	Sede Salvador do Tocantins	1 Cozinha, 9 salas, 7 banheiros, 1 pátio Capacidade: 150 pessoas.	Cloves (63) 98494-7726
Escola Agrícola Dom Bosco	Sede São Salvador do Tocantins	8 banheiros, 1 cozinha, 3 salas, 2 quartos, 1 bibliotecas 45 alunos, 1 refeitório. Capacidade: 300 pessoas	Rômulo (63) 99113-3500
Escola Agrícola José Porfilho	Reassentamento Piabanha	1 cozinha, 1 refeitório, 5 salas de aula, 6 banheiros, 2 alojamentos	Amanda (63) 98464-8103

INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES ESCOLARES DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS

		com 4 banheiros cada. Capacidade: 220 pessoas	
Escola Estadual Retiro	Povoado Retiro	1 cozinha, 6 salas, 5 banheiros, 1 pátio Capacidade: 200 pessoas	Valdenice (63) 99204-4097
Escola Municipal Novo Milênio	Povoado Retiro	1 cozinha, 6 salas de aula, 5 banheiros, 1 pátio. Capacidade: 200 pessoas	Ivanilza (63) 98441-5262
Colégio Tecelagem Retiro	Povoado Retiro	3 quartos, 6 banheiros, 1 cozinha, 1 refeitório para 50 pessoas, 2 salas, 1 salão Capacidade: 70 pessoas	Lina (63) 3396-3019
Creche São Salvador	Sede São Salvador do Tocantins	1 cozinha, 5 salas, 3 banheiros Capacidade: 80 pessoas	Jafari (63) 98468-5833

Com relação ao **setor de saúde**, o município não conta com hospital municipal, funcionando apenas duas UBS (Unidade Básica de Saúde) para atender às necessidades da população local: a UBS Rubens Ferreira Tavares, localizada na sede do município, e a UBS Teresino Bernardo da Silva, que fica na comunidade do Retiro. Além disso, conta também com hospitais localizados nos municípios circunvizinhos, para onde os pacientes podem ser encaminhados em casos mais complexos ou quando a demanda de atendimento local excede a capacidade das UBSs. As tabelas abaixo exibem as informações das Unidades Básicas de Saúde do município e as opções externas que estão à disposição.

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS

Nome da UBS	Localização	Especialização e horário de funcionamento	Capacidade máxima de atendimento imediato
UBS Rubens Ferreira Tavares	Av. Praião SN. Centro	Atendimento ambulatorial – 24 horas	6
UBS Teresino Bernardo da Silva – Comunidade Retiro	Av. Ceará SN. Centro	Atendimento ambulatorial – 07h00 as 17h00	2

HOSPITAIS LOCALIZADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS PARA O ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

Nome do hospital	Município de localização do município	Contato	Possui UTI	Especialização e horário de funcionamento	Capacidade máxima de atendimento imediato
Hospital Regional de Gurupi (HRG)	Gurupi – TO	(63) 3315-0241 ou (63) 3315-0238	Sim	Cardiologia, Ortopedia, Obstetrícia/ginecologia, Dermatologia, Pediatria, Oftalmologia, Otorrinolaringologista, Urologia, Nefrologia, Neurologia e Psiquiatria. Atendimento 24h.	120 leitos
Hospital Municipal Francisco Macedo	Palmeirópolis – TO	(63) 3386-1110	Não	Clínico Geral, Ambulatorial, Obstetrícia, Atenção Básica, e Média Complexidade. Atendimento 24h.	31 leitos
Hospital Municipal Menino Jesus de Praga	Paranã - TO	(63) 3371-1394	Não	Urgência e Emergência, Anestesiologia, Endocrinologia, Farmacêutico, Fisioterapia, Ginecologia, Obstetrícia e Psicologia. Atendimento 24h.	25 leitos

HOSPITAIS LOCALIZADOS EM OUTROS MUNICÍPIOS PARA O ENCAMINHAMENTO DE PACIENTES

Hospital Geral de Palmas (HGP)	Palmas – TO	(63) 3218-7801 e (63) 3218-7814	Sim	Psiquiatria, Cardiologia, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Dermatologia, Odontologia, Endocrinologia, Endoscopia, Ginecologia, Hematologia, Infectologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Clínica Geral, Oftalmologia, Mastologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Plástica, Pneumologia, Ultrassonografia, Radiologia, Tomografia, Urologia, Cirurgia Vascular, Nutrição, Anestesia, Reumatologia e Oncologia. Atendimento 24h.	472 leitos
--------------------------------	-------------	---------------------------------	-----	---	------------

Um aspecto que merece particular consideração é a ausência de informações referentes à taxa média de mortalidade infantil na cidade. No entanto, dados concernentes às hospitalizações atribuíveis a quadros de diarreia indicam uma incidência de 0,3 casos a cada 1.000 habitantes.

No que concerne a **infraestrutura urbana** de São Salvador do Tocantins, o censo de 2019 evidencia que o município possui 16,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 14,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado Tocantins, fica na posição 64 de 139, 135 de 139 e 51 de 139, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3874 de 5570, 5269 de 5570 e 4835 de 5570, respectivamente.

Domicílios com esgotamento sanitário adequado		
Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
São Salvador do Tocantins	64	3874
Total de Municípios	139	5570

Domicílios urbanos em vias públicas com arborização		
Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
São Salvador do Tocantins	135	5269
Total de Municípios	139	5570

Domicílios urbanos com vias públicas com urbanização adequada		
Município	Ranking Estadual	Ranking Brasileiro
São Salvador do Tocantins	51	4835
Total de Municípios	139	5570

Ainda em relação ao abastecimento de água e saneamento básico, a área urbana possui acesso à água tratada fornecida pela empresa ATS (Agência Tocantinense de Saneamento). No entanto, nas áreas rurais, o consumo de água é feito diretamente dos rios, sem qualquer tipo de tratamento. Quanto ao acesso ao saneamento básico, o município carece de assistência adequada, visto que ainda se utilizam fossas negras como medida de descarte de rejeitos domésticos.

No município, a empresa ENERGISA é responsável pelo fornecimento de energia. A principal fonte de produção de energia é a hidrelétrica, mas algumas propriedades privadas e do setor público têm adotado sistemas de energia solar. É válido ressaltar que a subestação de energia, responsável por abastecer todo o município, está localizada em Palmeirópolis/TO.

Em relação à comunicação, São Salvador do Tocantins conta com as operadoras de telefonia móvel Tim e Claro. Contudo, é importante destacar que a zona rural só tem acesso à internet através de *Wi-Fi* e o município não possui rádios locais.

Clima, vegetação e relevo

O município de São Salvador do Tocantins apresenta uma paisagem predominante de cerrado, composta por montanhas e planícies. O clima da região é tropical, marcado por

duas estações distintas: a estação seca, que ocorre de maio a **outubro**, e a estação chuvosa, que se estende de **novembro a março**. A temperatura média é de 30°C, variando conforme as diferentes estações climáticas. Em termos de limites geográficos, o município faz fronteira ao norte com o município de Peixe, ao sul com Palmeirópolis, a leste com Paranã, e a oeste com Jaú do Tocantins e Peixe.

Em agosto de 2002, foi estabelecido o Decreto nº 1.559, instituindo a Área de Proteção Ambiental (APA) Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, abrangendo uma extensão de 14.525,16 hectares. Essa área está situada nos municípios de São Salvador do Tocantins (4,45%), Paranã (49,51%) e Palmeirópolis (46,6%).

A APA compreende predominantemente 95% da fitofisionomia de Savana-Floresta Estacional, com uma parcela adicional de aproximadamente 5% de Savana. Seu propósito fundamental consiste em preservar e conservar as diversidades biológicas, além de regular o processo de ocupação das áreas circunvizinhas ao reservatório, situado em um perímetro demarcado. Essa medida visa assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, bem como dos ambientes terrestres e aquáticos presentes em seu interior (Banco de Dados ISA, abril de 2010).

Além disso, São Salvador do Tocantins possui uma considerável rede hidrográfica, composta por rios e córregos que desempenham um papel fundamental no abastecimento de água para a população local, além de serem fontes de recursos naturais e suporte para diversas atividades econômicas, como a geração de energia hidroelétrica, o turismo e a agricultura. Abaixo, apresenta-se a tabela com os principais rios e córregos que cortam o município.

PRINCIPAIS RIOS	ORIGEM	DESTINO	PONTOS DE INFLUÊNCIA SOBRE OS RIOS	COORDENADA GEOGRÁFICA
Rio Tocantins	Serra Dourada	Baía do Marajó	UHE Peixe Angical/UHE São Salvador	783755,8645807
Rio Paranã	Rio Parnaíba	Rio da Prata	-	802657,8615939
Rio das Almas	PE da Serra dos Pireneus	Rio Maranhão	-	783940,8645059
Córrego Cipó	São Salvador de Tocantins/TO	Rio Tocantins	-	790115,8635745
Córrego São Luís	São Salvador de Tocantins/TO	Rio Tocantins	-	796343,8627306
Córrego do Mato	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	784432,8629143

PRINCIPAIS RIOS	ORIGEM	DESTINO	PONTOS DE INFLUÊNCIA SOBRE OS RIOS	COORDENADA GEOGRÁFICA
Córrego Cruzeiro	São Salvador de Tocantins/TO	Rio Tocantins	-	792153,8622369
Córrego da Pintada	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Rio das Almas	-	781231,8623690
Córrego Taboquinha	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Rio das Almas	-	776481,8614835
Córrego Porteira	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Córrego Taboquinha	-	778863,8612639
Córrego Mutum	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Rio Ribeirão das Pedras	-	792658,8610787
Rio Ribeirão das Pedras	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Rio Tocantins	-	789666,8607767
Córrego Coador	Planalto do Alto Tocantins-Paranaíba	Rio Ribeirão das Pedras	-	788805,8606676
Rio das Alminhas	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	775865,8608182
Córrego do Mato	São Salvador de Tocantins/TO	Rio Tocantins	-	793736,8598830
Córrego Água	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	774419,8604905
Córrego Estrema	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	768829,8595648
Córrego Cabo do Machado	São Salvador de Tocantins/TO	Córrego Piabanha	-	794044,8588755
Córrego Calango	São Salvador de Tocantins/TO	Córrego Cabo do Machado	-	790238,8590456
Córrego Piabanha	São Salvador de Tocantins/TO	Rio Tocantins	-	796121,8589930
Córrego Alta Feliz	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	771342,8584721
Córrego Atoleiro	São Salvador de Tocantins/TO	Rio das Almas	-	771167,8585826

4. HIPÓTESES DE DESASTRES – CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Entre as diversas definições propostas nos estudos sociológicos sobre os desastres, Zhou et al. (2016) definem os desastres como “acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade”. Tais acontecimentos podem ser categorizados como “naturais” – quando resultantes de manifestações das forças da natureza – ou “tecnológicos” – quando são atribuídos a uma ação humana, derivados de erros, negligências, rupturas ou falhas de

um sistema humano ou utilizações indevidas (consciente ou inconscientemente assumidas) do desenvolvimento tecnológico-industrial (VIEIRA, 2019 *apud* ZHOURI *et al.*, 2016; RIBEIRO, 1995).

Vieira (2019) menciona ainda que, em sua dimensão social, a problemática dos desastres aparece atrelada à noção de vulnerabilidade, bem como de produção social dos riscos. Os riscos são resultantes do processo de articulação entre o sistema social e o ambiente construído e evidenciam os fatores de exposição das sociedades ao desastre, ou seja, as suas vulnerabilidades sociais, a suscetibilidade por parte do sistema social ao receber um dano (*apud* RIBEIRO, 1995). Sendo a vulnerabilidade uma manifestação resultante do processo de desenvolvimento das relações sociais, a afetação nos desastres é sentida de formas variadas entre os grupos sociais, de forma que, mesmo que enfrentem um mesmo perigo, haverá graus diferenciados de exposição ao risco. Isto é, verificam-se vulnerabilidades diferenciadas dentro do próprio sistema, conforme a organização, distribuição e composição social (*apud* RIBEIRO, 1995).

Histórico dos cenários de risco na região

Dentre os acontecimentos já ocorridos no município de São Salvador do Tocantins, no que concerne a desastres – sejam eles naturais ou tecnológicos – destacam-se as enchentes e enxurradas devido às chuvas intensas e os incêndios florestais.

Em um episódio recente em 2021, as fortes chuvas afetaram diretamente as áreas rurais e urbanas. As fazendas foram invadidas pelas águas, resultando na perda de vegetação e animais. Além disso, a zona urbana também sofreu danos significativos em suas vias e encostas.

Para mais, em janeiro de 2024, as fortes chuvas resultaram no aumento do volume de água nos rios e córregos do município, causando danos tanto públicos - como o rompimento das cabeceiras das pontes e o bloqueio do acesso à principal avenida da cidade - quanto privados, como a invasão de propriedades particulares e perdas de animais.

Nesse contexto, ressalta-se, ainda, a existência da UHE São Salvador, localizada dentro do território municipal, o que torna a região propícia à ocorrência de inundações, dentre outros riscos e danos decorrentes do possível colapso da barragem que compõe o empreendimento. Apesar de estudos recentes na literatura destacarem as barragens, especialmente as de grande porte, como elementos de risco significativo, os incidentes de rompimento de barragens são relativamente raros (SORIANO, 2012).

Quanto aos incêndios florestais, esse tipo de acontecimento também é recorrente na região, especialmente durante as épocas de seca. Como exemplo recente, cita-se o episódio ocorrido em 2022, um incêndio de grandes proporções na região do Morro da Figura, onde foram necessários dois dias de trabalho intenso para combater o fogo, causando danos a fauna e a flora e comprometendo as cercas das propriedades privadas na área. Além disso, em 2023, ocorreu outro incêndio, também de grandes proporções, na Região do Cruzeiro, área rural do município.

Adicionalmente o município de São Salvador do Tocantins também conta com a Brigada Municipal que em conjunto com a COMPDEC e Secretaria de Meio ambiente, realiza um trabalho essencial no município. Atuando fortemente nas questões socioambientais em apoio e defesa da comunidade, além de engajar a população a respeito dos incêndios florestais, na prevenção e combate.

Outra instituição de grande expressão na região é a Associação Novo Caminho Juvenil, que desde 1990 oferece de forma voluntária educação a crianças que vivem em situação de vulnerabilidade em três unidades escolares instaladas na cidade de São Salvador do Tocantins no distrito do município chamado Povoado Retiro e em Palmeirópolis. Além disso, a associação desenvolve ações humanitárias e desempenha um papel crucial para famílias em situações de vulnerabilidade durante cenários de enchentes, fornecendo suporte e assistência às comunidades afetadas. A associação também realiza doações de alimentos, visando suprir as necessidades básicas da população vulnerável.

No Brasil, a tipificação dos desastres é feita a partir da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE. Sob essa perspectiva, para o município de **São Salvador**, foram elencadas 5 (cinco) cenários de riscos, com base no histórico local e nas características geográficas, socioambientais e socioeconômicas da região, conforme

apontado e relatado pela gestão pública municipal. Desse total, 4 (quatro) riscos integram a categoria cuja causalidade é “natural” e 1 (um) integra a categoria dos desastres ditos “tecnológicos”, conforme é apresentado no quadro a seguir. Em seguida, são descritos, em detalhes, os cenários estabelecidos para cada risco identificado.

Quadro 1 – Riscos identificados para o município de São Salvador do Tocantins (TO)

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE
1. Natural	2. Hidrológico	2. Enxurradas	0	0	Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0
		3. Alagamentos	0	0	Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0
	4. Climatológico	1. Seca	0	1. Estiagem	Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0
			0	2. Incêndios em áreas não protegidas, com reflexos na qualidade do ar	Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação que não se encontre em áreas sob proteção legal, acarretando queda da qualidade do ar.	1.4.1.3.2

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	DEFINIÇÃO	COBRADE
2. Tecnológicos	4. Desastres relacionados a obras civis	2. Rompimento/colapso de barragens	0	0	Rompimento ou colapso de barragens.	2.4.2.0.0
5. Biológico	1. Epidemias	Doenças infecciosas virais	0	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0
		Doenças infecciosas bacterianas	0	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por bactérias.	1.5.1.2.0
		Doenças infecciosas parasíticas	0	0	Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por parasitas.	1.5.1.3.0

6. ÁREAS DE RISCO MAPEADAS

A tabela a seguir demonstra a população estimada para cada área de risco do município de São Salvador do Tocantins. Essas áreas serão divididas posteriormente de acordo com cada cenário de risco.

POPULAÇÃO POR ÁREA DE RISCO	
Região	População estimada (nº de pessoas)
Morro da Figura	25
Povoado Retiro	450
Reassentamento da Piabanha 1	100
Reassentamento da Piabanha 2	90
Região das Alminhas	45
Região das Cascalheiras	10
Região das Glebas	80
Região das Pedras	60
Região do 49	30
Região do Buriti	82
Região do Cruzeiro	85
Região do Ferrugem	35
Região do Grotão	40
Região Pé da Serra	25
Região São Lucas	45
Setor das Candeias	50

7. GATILHOS PARA RISCO DE DESASTRES

Segundo o Manual de Planejamento em Defesa Civil, quanto à intensidade os desastres são classificados em quatro níveis de criticidade:

- Nível I, desastres de pequeno porte ou intensidade, também chamados de acidentes;
- Nível II, desastres de médio porte ou intensidade;
- Nível III, desastres de grande porte ou intensidade;
- Nível IV, desastres de muito grande porte ou intensidade.

Desastres de Nível I
Os acidentes ou desastres de pequeno porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são pouco importantes e os prejuízos consequentes são pouco vultosos e, por isso, são mais facilmente suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas. Nessas condições, a situação de normalidade é facilmente restabelecida, com os recursos existentes na área do município afetado e sem necessidade de grandes mobilizações. É importante ressaltar que a intensidade de um desastre deve ser avaliada em termos objetivos e impessoais, a partir de uma ótica coletivista. Na visão subjetiva das vítimas, todos os desastres são importantes.
Desastres de Nível II
Os desastres de médio porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são de alguma importância e os prejuízos consequentes, embora não sejam vultosos, são significativos. Apesar disso, esses desastres são suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis. Nessas condições, a situação de normalidade pode ser restabelecida, com os recursos disponíveis na área do município afetado, desde que sejam racionalmente mobilizados e judiciosamente administrados.
Desastres de Nível III
Os desastres de grande porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são importantes e os prejuízos consequentes são vultosos. Apesar disso, esses desastres podem ser suportáveis e superáveis por comunidades bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis. Nessas condições, a situação de normalidade pode ser restabelecida, com os recursos mobilizados na área do município afetado, desde que sejam reforçados e suplementados com o aporte de recursos estaduais e federais, já existentes e disponíveis no Sistema Nacional de Defesa Civil.
Desastres de Nível IV
Os desastres de muito grande porte ou intensidade são caracterizados quando os danos causados são muito importantes e os prejuízos consequentes são muito vultosos e, por isso, não são suportáveis e superáveis pelas comunidades afetadas, mesmo quando bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis, a menos que recebam substancial ajuda de fora da área do município afetado. Nessas condições, o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação articulada dos três níveis do Sistema Nacional de Defesa Civil e, em casos excepcionais, de ajuda internacional.

7.1 GATILHOS PARA OS CENÁRIOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E ESTIAGEM

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I (OBSERVAÇÃO)	Incêndios de 5 a 6 hectares.	O estado de monitoramento poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) for de até 30%, devendo ser realizados os seguintes procedimentos: Coletar diariamente os dados dos índices de Umidade Relativa do Ar (URA) do município e repassá-los aos

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
		órgãos competentes como Secretaria de Saúde, Brigada Municipal e Corpo de Bombeiros. • Executar inspeções preventivas em regiões de conservação e de interesse estratégico com alto índice de risco de incêndio; • Realizar plantão ininterrupto durante os meses com maior incidência de incêndios, podendo o Coordenador Municipal de Defesa Civil direcionar a brigada de incêndio locais para responder aos chamados recebidos durante este período.
Nível II (ATENÇÃO)	Incêndios até 7 hectares	O estado de atenção poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis entre 30% e 20%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, afetando até 7 hectares e ameaçando as áreas ocupadas, contabilizando danos humanos, materiais e ambientais. Devem ser realizados os seguintes procedimentos: • Proceder à totalidade dos itens estabelecidos para o Nível I (observação); • Executar inspeções de campo nas áreas de risco de incêndio. Solicitar apoio da brigada municipal; • Os responsáveis por realizar as inspeções em campo devem divulgar os dados obtidos para a COMPDEC, para que assim a coordenadoria possa realizar alterações de nível, caso sejam necessárias. • Realizar a mudança do nível, a partir dos índices de URA e da ocorrência de incêndios; • Veicular, através dos canais de comunicação estabelecidos, avisos à população para: a) Evitar a realização de exercícios físicos ao ar livre entre as 11h00 e 15h00; b) Buscar manter o ambiente umidificado por meio de vaporizadores, toalhas molhadas,

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
		recipientes com água, etc.; c) Priorizar locais protegidos do sol, como por exemplo, em áreas verdes (vegetadas); d) Consumir água à vontade; e) Divulgar os contatos para acionar as autoridades competentes em situações de emergência, tais como a COMPDEC, Corpo de Bombeiros e Brigadas.
Nível III (ALERTA)	Incêndios de 7 a 8 hectares	O estado de alerta poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis entre 20% a 12%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, afetando de 7 a 8 hectares e ameaçando as áreas ocupadas, contabilizando danos humanos, materiais e ambientais. Devem, assim, ser realizados os seguintes procedimentos: • Proceder à totalidade dos itens definidos para o nível II (atenção); • Acionar o Estado quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais ou financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento. • Divulgar, por meio dos canais de comunicação estabelecidos, avisos à população para: a) Reforçar as recomendações do estado de atenção; b) Evitar a prática de atividades físicas e trabalhos ao ar livre durante o período compreendido entre as 10h00 e as 16h00;

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
		c) Evitar aglomerações em ambientes fechados; d) Sempre que possível, usar soro fisiológico para olhos e narinas.
Nível IV (EMERGÊNCIA)	Incêndios até 9 hectares	O estado de emergência poderá ser ativado quando a Umidade Relativa do Ar (URA) atingir níveis abaixo de 12%, ou quando houver a ocorrência de incêndios, seja de forma espontânea por condicionantes naturais, por ação humana intencional ou não, incêndio de até 9 hectares, ocupados dentro limite da comunidade e ameaçando extrapolar os limites do município, podendo atingir cidades de outros estados, contabilizando danos humanos, materiais e ambientais. Devem ser realizados os seguintes procedimentos: • Executar todas as orientações definidas para o nível III (alerta); • Acionar o Estado quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos materiais ou financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento; • Em caso de ocorrência de incêndios que se alastrem além das fronteiras do estado e quando os recursos disponíveis não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal. • Divulgar, por meio dos canais de comunicação estabelecidos, notificações à comunidade para: a) Seguir as recomendações do estado de atenção e alerta;

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
		b) Evitar a realização de quaisquer atividades ao ar livre durante o período compreendido entre 10:00h e 16:00h, como aulas de educação física, coleta de lixo e entrega de correspondência, etc.; c) Suspender atividades com aglomeração de pessoas em recintos fechados, entre o período de 10:00h e 16:00h; d) No período das tardes, manter ambientes internos úmidos, principalmente quartos de crianças, idosos e hospitais.

O fluxograma abaixo sintetiza a comunicação e as notificações que devem ser feitas durante a evolução do cenário de risco de enxurradas e alagamentos

7.2 GATILHOS PARA O CENÁRIO DE ENXURRADAS E ALAGAMENTOS

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível I (OBSERVAÇÃO)	Pluviosidade até XX mm	Sem chuvas ou chuvas fracas. Nível dos rios normais. O Centro de Operações da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias permanecem monitorando as condições meteorológicas.

NÍVEL	CARACTERIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Nível II (ATENÇÃO)	Pluviosidade até XX mm	Previsão de ocorrência de chuvas moderadas a fortes. As agências municipais ficam atentas quanto a possibilidade de serem acionadas. Todas as providências de ordem preventiva, relativa ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação, são tomadas pelos representantes do poder público, logo que a organização receba a ordem de sobreaviso. As pessoas envolvidas na emergência permanecem em seu local de trabalho ou em suas residências, mas, neste caso, em estreita ligação com a organização e em condições de poder deslocar-se imediatamente para o local de trabalho, em caso de ordem ou qualquer eventualidade.
Nível III (ALERTA)	Pluviosidade até XX mm	Registro de fortes chuvas. Subida do nível dos rios acima do normal. Os órgãos municipais e entidades participantes do plano ficam preparados para sair da sua base tão logo recebam ordem para desempenhar qualquer ação prevista no Plano de Contingência.
Nível IV (EMERGÊNCIA)	Pluviosidade até XX mm	Persistência de chuvas intensas. Rios atingindo 80% do nível de transbordamento. Os órgãos municipais e entidades de apoio definidos no Plano ficam preparados, com todos os recursos necessários e em condições de deslocar-se e desempenhar as atividades conforme a planilha de responsabilidades, dentro do mais curto prazo. Estes serão acionados conforme a complexidade das ocorrências.

Em relação aos níveis para o cenário de rompimento de barragens o documento norteador é o Plano de Ação de Emergência (PAE) da UHE São Salvador, ou seja, o mesmo deve ser consultado caso esse cenário se instale no município.

Os fluxogramas de atendimento a cada cenário, constam no **Anexo I**.

8. CENÁRIO DE RISCO - INCÊNDIOS FLORESTAIS

O município de São Salvador do Tocantins enfrenta anualmente desafios significativos relacionados aos incêndios florestais, que requer uma abordagem minuciosa e estratégias bem definidas para reduzir seus impactos. O período crítico desses eventos ocorre de junho a outubro, caracterizando um ciclo sazonal que demanda atenção contínua.

Os pontos mais críticos são encontrados na zona rural do município, exigindo uma atenção especial nas estratégias de prevenção e combate a incêndios. É importante

ressaltar que as áreas protegidas por lei, como as matas ciliares, áreas de preservação permanente e áreas de proteção ambiental, não sofrem com incêndios.

Os incêndios florestais em Salvador do Tocantins são resultado de uma combinação de fatores que vão desde a limpeza de áreas ocupadas por vegetação, através de queimadas realizadas pelos produtores locais, até queimas acidentais causadas pelo uso inadequado do fogo ao acender fogueiras.

8.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

CENÁRIO 01	
Ameaça	Incêndios florestais
Risco	As condições naturais e antrópicas favorecem ocorrências de queimadas, podendo ser agravadas pelo período seco.
Hipótese Acidental	Danos à linha de transmissão, redes de fibra óptica, a fauna e a flora, além de danos materiais particulares (casa, curral e pastos), e perda de controle do fogo.
Áreas de risco	Zona urbana: Região das Cascalheiras (próximo ao campo de aviação é campo de futebol); Zona rural: Região da Piabanha (Piabanha I e II, Região das Glebas e Região 49), Morro da Figura, Região do Cruzeiro (Região do Pé de Serra, Região das Alminhas, Região São Lucas e Região do Ferrugem)
Desdobramentos Imediatos em Função do Cenário	
❖ Mobilização das equipes de Defesa Civil e Brigada; ❖ Deslocamento de caminhões pipa para o local do incêndio; ❖ Análise da situação <i>in loco</i> para o planejamento e operacionalização das ações; ❖ Acionamento de voluntários das comunidades; ❖ Necessidade de retirada de animais e pessoas próximos ao local do incêndio; ❖ Se necessário, acionar a Secretaria de Saúde para suporte médico-hospitalar às pessoas afetadas, sobretudo problemas respiratórios e queimaduras; ❖ Se necessário, acionamento de apoio do Corpo de Bombeiros; ❖ Presença de líderes comunitários capacitados para a emergência e retirada dos comunitários da área de risco; ❖ Necessidade de abrigo para a população afetada (escolas, fazendas não atingidas, outros municípios); ❖ Disponibilidade de transporte da Prefeitura Municipal para o deslocamento das pessoas afetadas; ❖ Paralisação das aulas nas escolas municipais escolhidas como abrigo, para acomodação da população que for retirada de suas residências.	
Indicação dos Danos e Prejuízos Estimados	
Prejuízo econômico privado:	R\$ 30.000,00 (entre prejuízos animais e estruturas/cercas) por família.
Prejuízo econômico público:	Pontes de madeira (R\$80.000)
Dano material:	Residências, cercas, currais, animais e pontes
Dano humano:	Problemas respiratórios das pessoas afetadas nas áreas de risco.

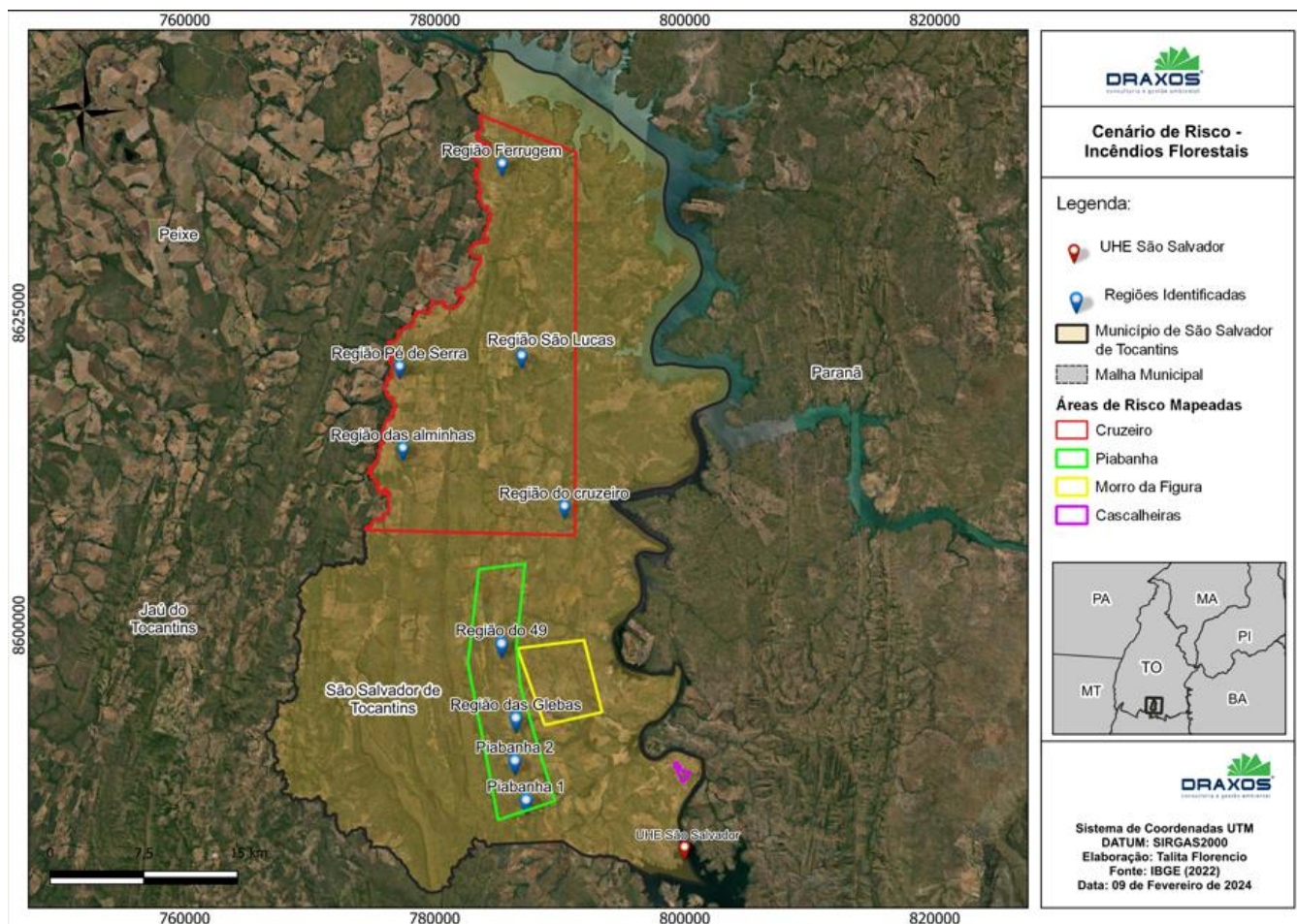


Figura 2 - Área de Risco de Incêndios Florestais

8.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A INCÊNDIOS FLORESTAIS

8.2.1 PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A gestão eficaz do cenário de incêndios florestais no município de São Salvador do Tocantins é uma responsabilidade que recai sobre os órgãos públicos dedicados a preservar a segurança e o bem-estar da população local. Nesse contexto, a COMPDEC, a Brigada Municipal e a Brigada Voluntária (Associação Novo Caminho Juvenil e Reassentamentos da região da Piabanha) emergem como protagonistas fundamentais.

Além ao combate a incêndios no período de seca (julho a outubro), a COMPDEC, a Brigada Municipal e as Secretarias de Administração, Meio Ambiente, Agricultura e Saúde realizam ações preventivas como blitz educativas, orientações e orientações com

os produtores rurais e disseminação de informações antikeimadas nas mídias sociais da prefeitura.

Para mais os órgãos oficiais, a Brigada Municipal e as Brigadas Voluntárias contribuem significativamente para o combate aos incêndios ocorridos no município. O Corpo de Bombeiros, estabelecido a 190 km, em Gurupi, desloca uma equipe para São Salvador do Tocantins sempre que há necessidade, reforçando a resposta a incidentes.

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	Organização/Função	Contatos
Edmar José	Prefeitura Municipal / Prefeito	(63) 98515-4550
Sara Laiza Souza Conceição	Defesa Civil / COMPDEC / Brigada / Coordenadora	(62) 98473-2273
Bruno Henrique Castro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Secretário	(63) 98439-0471
Corpo de Bombeiro	Central da Região / Município de Gurupi	(63) 3313-3322
Rômulo Silva Silveira	Brigada Voluntária	(63) 99113-3500
Celio Quirino (Motorista da Saúde/Assentamento)		(63) 98472-3435
Edivan Pereira da Conceição	Secretaria de Transporte / Secretário	(63) 98435-3211
Salvador Felicíssimo	Secretaria de Agricultura / Secretário	(63) 98115-3415
Eliane Gomes Rodrigues	Secretaria de Administração / Secretária	(63) 98415-1743
Ilka Sales Amado	Secretaria Municipal de Saúde / Secretária	(63) 99231-1860

8.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Soprador	1	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro	(63) 98439-0471
Abafadores	4		
Caminhão pipa	1		
Facão	1		
Bomba costal rígida	2; 10	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 98439-0471; (63) 99113-3500
Enxada	3	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz	(63) 99266-6851
Roçadeira	4		
Facão	6		
Foice	5; 20	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 99266-6851; (63) 99113-3500
Enxada	3; 20	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 99266-6851; (63) 99113-3500
Kit EPI (uniforme, bota, caneleira e máscara)	14	Defesa Civil / COMPDEC /Brigada / Sara Laiza Souza Conceição	(62) 98473-2273
Maca de resgate	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales	(63) 99231-1860
Bala de aço para oxigênio pequena	8		
Bala de aço para oxigênio grande	4		
Desfibrilador (DEA)	2		
Nagatoscópio	5		
Aparelho nebulizador	2		
Aspirador de secreção	3		

8.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES		
Área	Instalação	Localização
ÁREA URBANA		
Região das Cascalheiras	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Centro Cultural - Avenida Bernardo Sayão, S/N, Centro.
	Abrigo	
	Ponto de encontro 1	
	Acampamento/Base	Praça do Centro Cultural / Avenida Bernardo Sayão, S/N, Centro.
	Heliponto/helibase	Campo de Futebol José Neri / Avenida Getúlio Vargas, S/N, Centro.
ÁREA RURAL		
Área	Instalação	Localização
Região da Piabanha (Reassentamento Piabanha I e II, Região das Glebas e Região 49)	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Abrigo	
	Ponto de encontro	
	Acampamento/Base	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Heliponto/helibase	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
Região do Morro da Figura	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Ponto de Encontro	Fazenda do Sr. José Neto
	Acampamento/Base	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Heliponto/helibase	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
Região do Cruzeiro (Região do Pé de Serra, Região das Alminhas, Região São Lucas e Região do Ferrugem)	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Municipal desativada da Comunidade São Lucas
	Abrigo	
	Ponto de encontro	
	Acampamento/Base	Campo de Futebol da Escola da Comunidade São Lucas
	Heliponto/helibase	

8.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A INCENDIOS FLORESTAIS

8.3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	Responsável
Via WhatsApp / ligação / Ofício de solicitação de apoio estadual	Edmar José / Prefeito Municipal
Via WhatsApp / ligação / Ofício de solicitação de apoio estadual	Sara Souza / Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil

8.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

A implementação de uma comunicação eficaz sobre os riscos é um aspecto crucial na gestão de situações críticas. Nesse contexto, é fundamental os diversos canais para assegurar que a informação alcance amplamente a população. Tanto nas áreas rurais, quanto nas áreas urbanas, a utilização do WhatsApp/Instagram/Facebook e ligações telefônicas se apresentam como ferramentas acessíveis e eficientes para alertar os residentes.

Em ambientes urbanos e rurais, a escolha estratégica de mensagens audiovisuais via WhatsApp emerge como uma opção, proporcionando uma cobertura de disseminação de informações importantes. Paralelamente, a rede social da Prefeitura de São Salvador se revela essencial na condução da comunicação nas zonas rural e urbana.

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Mensagem de WhatsApp (zona rural e urbana)	Sara Souza / COMPDEC e Brigadistas	A COMPDEC enviará o alerta e as orientações no grupo institucional interno e da Brigada. O representante de cada Secretaria Municipal ficará responsável por repassar as informações/mensagens aos contatos estratégicos de cada pasta (agentes de saúde, professores, lideranças, etc.).

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Ligação telefônica (zona urbana e rural – via WhatsApp)	Sara Souza / COMPDEC e Brigadistas	A COMPDEC realizará ligações para atores sociais estratégicos e lideranças das áreas rurais e urbanas, repassando informações e orientações.
Redes sociais oficiais da Prefeitura / Instagram e Facebook (zona urbana e rural)	Sara Souza / COMPDEC e Secretaria de Administração	A COMPDEC será responsável por repassar as informações e orientações para a Secretaria de Administração, responsável por operacionalizar as redes sociais oficiais. Estas, atuarão na divulgação sobre o risco de potenciais incêndios relacionado ao cenário climático e no alerta para as áreas onde o desastre já ocorreu, com intuito de mobilizar a população próxima à área em risco. As redes sociais também funcionarão como ferramentas de informações visando à prevenção de queimadas.

8.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	Nome do ponto de encontro	Descrição da rota de fuga
ÁREA URBANA		
Região das Cascalheiras	Centro Cultural - Avenida Bernardo Sayão, S/N, Centro.	Em linha reta, seguir pela Avenida Getúlio Vargas sentido Centro Cultural.
ÁREA RURAL		
Região da Piabanha I e II, Glebas, Região do 49 e Morro da Figura	Escola Agrícola José Porfírio / Região da Piabanha	Seguir pelas estradas vicinais mais próximas sentido estrada principal da Piabanha, até a Escola Agrícola.
Região do Cruzeiro, Alminhas, São Lucas, Pé da Serra e Ferrugem	Escola Municipal desativada da Comunidade São Lucas	Possibilidade de pegar 2 estradas vicinais principais: a do Rio das Almas, e a que parte do Pé da Serra. Seguir por uma delas até chegar a Escola da Comunidade São Lucas.

8.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Imediatamente após o incidente.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Decretar Situação de Emergência / Estado de Calamidade (observar a DN 02/2016), caso necessário.	COMPDEC e Prefeito	Após avaliação do cenário de risco. No caso de decretação, o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Organização dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Educação	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações definidas para funcionar como abrigos.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água/alimentação e telefonia/internet).	COMPDEC, Secretários Municipais e empresas prestadoras de serviço	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre, permanência nos abrigos ou encaminhamento para residências de parentes ou amigos fora da área de risco. (Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transportes	Tão logo as pessoas afetadas forem direcionadas aos pontos de apoio e abrigo.
Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.	COMPDEC, Secretaria de Saúde e Corpo de Bombeiros	Realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento ao hospital.
Assistência médica aos afetados (feridos) no ponto de abrigo e encaminhamento conforme o grau da lesão para a rede médica estadual ou de municípios vizinhos.	COMPDEC, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Saúde	Durante a triagem, após avaliação da gravidade de cada caso pelas equipes de saúde.
Vistoria nas áreas afetadas	COMPDEC, Brigadistas, Brigada Voluntária, Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras e Corpo de Bombeiros	Após avaliação das condições de segurança para a equipe nos locais afetados.
Retorno das pessoas afetadas para suas residências.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transporte	Após procedidas as vistorias e avaliadas as condições de segurança para o retorno.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Desativação do PLANCON	COMPDEC e Prefeito	Quando o cenário de risco e restabelecimento das questões de segurança e atendimento estiverem sob controle.

9. CENÁRIO DE RISCO – ENXURRADAS E ALAGAMENTOS

A cidade de São Salvador do Tocantins tem enfrentado constantemente desafios relacionados aos alagamentos provocados pelas intensas chuvas, que isolam a região. Ocorrências recentes evidenciam os impactos significativos desses eventos, tanto na zona rural quanto na zona urbana, demandando ações emergenciais por parte das autoridades locais.

De acordo com o histórico de enxurradas e alagamentos na região, diversas áreas são afetadas, paralisando a rotina dos moradores e o comércio local por vários dias. Esses eventos têm se mostrado um desafio constante, trazendo consequências significativas para a população.

A intensidade das chuvas na zona urbana causa transtornos significativos, chegando ao ponto de impossibilitar a circulação em várias ruas, inclusive na avenida principal da cidade. Essas chuvas invadem residências, danificando móveis e eletrodomésticos, e também resultam na mortalidade de animais. A falta de um sistema de drenagem adequado e o declive desfavorável da área urbana agravam ainda mais os impactos desse cenário. É importante ressaltar que as áreas alagáveis abrigam um grande número de idosos e pessoas com comorbidades, o que eleva a vulnerabilidade da região.

Além disso, os moradores acreditam que a ausência de um Plano Diretor contribui para agravar as consequências desse cenário. Isso ocorre porque as habitações são construídas sem um planejamento adequado, muitas vezes em áreas irregulares.

Na zona rural, as enchentes danificam as lavouras, gerando perdas materiais significativas aos produtores locais. Ainda, as pontes que atravessam os rios que cortam

o município sofrem danos consideráveis, comprometendo a infraestrutura e a mobilidade dos moradores das comunidades.

9.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

CENÁRIO 02	
Ameaça	Enxurradas e Alagamentos
Risco	Chuvas intensas; transbordamento fluvial; extrapolação da capacidade de escoamento do sistema de drenagem.
Hipótese Acidental	Alagamentos pontuais de áreas e vias públicas; bloqueio de vias públicas e dificuldade de acesso e deslocamento; inundações de edificações; danos materiais públicos e privados; danos humanos e animais; prejuízos à fauna e à flora; interrupção do fornecimento de energia e sinal de internet no município; comunidades rurais sem condições de acesso às pontes (necessidade de rotas alternativas).
Áreas de risco	Zona urbana: parte mais baixa da cidade (Setor das Candeias) Zona rural: Povoado do Retiro, Região das Pedras, Região das Alminhas, Região do Cruzeiro, Região do São Lucas, Região das Glebas e Região do Grotão.

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- ❖ Ocorrência de inundações pontuais podendo acontecer isoladas ou em várias áreas de risco ao mesmo tempo;
- ❖ Comprometimento de pontes e vias urbanas e vicinais do município;
- ❖ Paralisação das aulas em escolas municipais definidas como abrigo para acomodação das pessoas que forem retiradas de suas residências;
- ❖ Disponibilização de atendimento médico e emergencial às vítimas, se necessário;
- ❖ Suporte às famílias e comunidades afetadas pelo cenário através da Secretaria de Assistência Social, como a distribuição de mantimentos e encaminhamentos às redes de proteção social;
- ❖ Prefeitura comunicar e solicitar à AGETO a manutenção da via estadual que passa pelo município;
- ❖ Aguardo da diminuição das chuvas para dar início às ações de vistoria, recuperação e acesso das vias urbanas e vicinais do município que foram comprometidas, através da Secretaria de Transporte.

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados

Prejuízo econômico privado:	Em média R\$ 8.000 por família
Prejuízo econômico público:	R\$1 milhão/ano
Dano material:	Móveis, eletrodomésticos, recuperação de estradas, pontes e demais estruturas.

Dano humano:

Pelo histórico do município não consideraram vítimas fatais para o cenário.

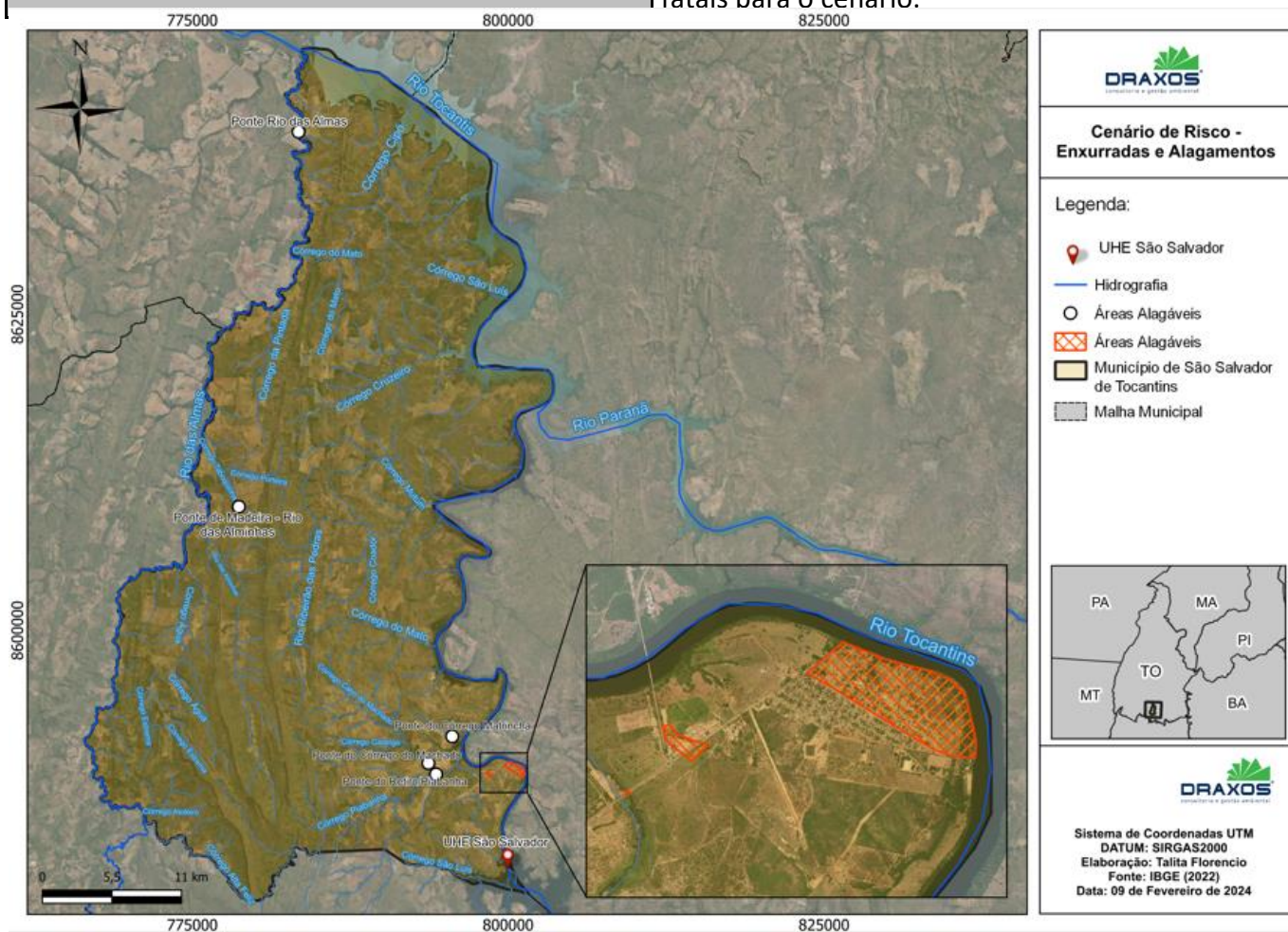


Figura 3 – Área de risco de enxurrada e alagamentos

9.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A ENXURRADAS E ALAGAMENTOS

Diante do recorrente cenário de enchentes por chuvas em São Salvador do Tocantins, a gestão de tais eventos emergenciais demanda a atuação de diversos órgãos públicos e entidades de apoio. Essas instituições desempenham papéis cruciais na mitigação dos impactos e na promoção da segurança e bem-estar da população afetada.

O Corpo de Bombeiros, com base em Gurupi, a aproximadamente 190 km de distância, é uma peça-chave nesse contexto, contribuindo com os resgates, assistência e apoio logístico. Apesar de a brigada municipal ser especializada em prevenção e combate a incêndios florestais, ela também atua apoiando a equipe do Corpo de Bombeiros quando este cenário está instaurado.

A Defesa Civil, por sua vez, é fundamental na coordenação das ações de resposta a desastres naturais. As Secretarias Municipais, como a de Saúde, Assistência Social, Transporte, Obras, Meio Ambiente e Administração, assim como a Associação Novo Caminho Juvenil e a Igreja Católica, atuam em conjunto para garantir a assistência humanitária, a mobilidade dos moradores e a reconstrução das áreas afetadas.

No âmbito estadual, o Governo de Tocantins desempenha um papel significativo através da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (AGETO) auxiliando na restauração das vias estaduais.

9.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	Organização/Função	Contatos
Edmar José	Prefeitura Municipal / Prefeito	(63) 98515-4550
Sara Laiza Souza Conceição	Defesa Civil / COMPDEC / Coordenadora	(62) 98473-2273
Bruno Henrique Castro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Secretário	(63) 98439-0471
Corpo de Bombeiros	Central da Região - Gurupi	(63) 3313-3322
Ilka Sales Amado	Secretaria de Saúde / Secretária	(63) 99231-1860
Edivan Pereira da Conceição	Secretaria de Transporte / Secretário	(63) 98435-3211
Ronilda Bispo	Secretaria de Educação / Secretária	(63) 98446-5214
Eliane Gomes Rodrigues	Secretaria de Administração / Secretária	(63) 98415-1743
Celina Aires	Secretaria de Assistência Social / Secretária	(63) 99126-7346
Salvador Felicíssimo	Secretaria de Agricultura / Secretário	(63) 98115-3415
Rômulo Silva Silveira	Associação Novo Caminho Juvenil	(63) 99113-3500

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	Organização/Função	Contatos
Erisvaldo	Defesa Civil Estadual	(63) 99209-0845
Marcio José da Cruz	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Secretário	(63) 99266-6851
Padre Tiziano Scacabaroze	Igreja Católica / Pároco	393519876368 (exterior)

9.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Barcos	12	Colônia de Pescadores Z-28/ Marlene	(63) 99283-2589
	Disponibilizada conforme demanda	Corpo de Bombeiros	(63) 3313-3322
Ônibus	5	Secretaria de Educação / Ronilda Bispo	(63) 98446-5214
	7	Escola Estadual / Adilson - Empresa Terceirizada	(63) 98496-2395
Van	1	Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 99113-3500
Microonibus	1		
Caminhonete pequena (Strada)	3		
Caminhonete grande (S-10)	1		
Caminhão Pequeno	1		
Caminhão grande	2		
Ambulância	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales Amado	(63) 99231-1860
Carros de apoio	10	Prefeitura Municipal / Secretaria de Administração	(63) 98515-4550

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Caminhão pipa	2	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro	(63) 98439-0471
Trator	5;4	Secretaria de Agricultura / Salvador Felicíssimo; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 98115-3415; (63) 99113-3500
Trator esteira	1	Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 99113-3500
Pá Carregadeira	2		
Pá Escavadeira	1	Secretaria de Transporte/ Edivan Pereira da Conceição	(63) 98435-3211
Retroescavadeira	1		
Patrol	2		
Botes	Disponibilizada conforme demanda	Corpo de Bombeiros	(63) 3313-3322
Coletes Salva Vidas			
Caçambas	2;1	Secretaria de Transporte/ Edivan Pereira da Conceição; Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras/ Marcio José da Cruz	(63) 98435-3211; (63) 99266-6851
Maca de resgate	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales	(63) 99231-1860
Bala de aço para oxigênio pequena	8		
Bala de aço para oxigênio grande	4		
Desfibrilador (DEA)	2		
Nagatoscópio	5		
Aparelho nebulizador	2		
Aspirador de secreção	3		
Cadeira de rodas	3		

9.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

ZONA URBANA	
Instalação	Localização
Posto de Comando	Prefeitura Municipal de São Salvador / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
Área de espera	Quadra de Esportes Raimundo dos Reis / Av. Afonso Pena, S/N. (Na praça da Prefeitura)
Abrigo 1	Centro Cultural / Av. Afonso Pena, S/N. (Na praça da Prefeitura)
Ponto de encontro 1	Igreja Matriz / Av. Praião, S/N, Centro.
Acampamento/Base	Campo de Futebol José Neri / Av. Getúlio Vargas
Heliponto/helibase	Campo de aviação do município / Av. Venceslau Ferreira (Próximo ao Cemitério).
OBS: Os alagamentos decorrentes das precipitações na <u>zona rural</u> resultam em danos exclusivamente às estradas vicinais e pontes, não havendo, portanto, a necessidade de implementação de instalações de apoio específicas, uma vez que já são utilizados trajetos alternativos.	

9.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ENXURRADAS E ALAGAMENTOS

9.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	Responsável
Via WhatsApp / ligação	Edmar José - Prefeito
Via WhatsApp / ligação	Sara Souza - Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil

9.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

Comunicar o risco de enxurradas, inundações e enchentes é crucial para a segurança da população. Estratégias diversificadas incluem o uso de aplicativos como WhatsApp, que alcançam as áreas urbanas e rurais, e a realização de ligações telefônicas. O emprego de redes sociais é essencial para disseminar informações de forma rápida e abrangente. E-mails e ofícios podem ser empregados para oferecer apoio durante e após o evento, principalmente a agentes de saúde e líderes comunitários em áreas rurais.

Por fim, a estratégia da comunicação porta em porta possibilita a conscientização da população sobre a importância de não construir próximo aos rios, evitando situações de risco recorrentes.

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Mensagem de WhatsApp (zona urbana e rural)	Sara Souza/ COMPDEC	A COMPDEC enviará o alerta e as orientações no grupo institucional interno. O representante de cada Secretaria Municipal ficará responsável por repassar as informações/mensagens aos contatos estratégicos de cada pasta (agentes de saúde, professores, lideranças, etc.).
Redes sociais oficiais da Prefeitura / Instagram e Facebook (zona urbana e rural)	Sara Souza - COMPDEC / Secretaria Municipal de Administração	A COMPDEC será responsável por repassar as informações e orientações para a Secretaria de Administração, responsável por operacionalizar as redes sociais oficiais. Estas, servirão como meio de prevenção e contenção - atuando na divulgação para potenciais inundações devido ao cenário climático - e de alerta, para as áreas onde o desastre já ocorreu, com intuito de mobilizar a população próxima à área em risco.

9.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA		
Região	Nome do ponto de encontro	Descrição da rota de fuga
Zona Urbana		
Setor das Candeias	Ponto de encontro - Igreja Matriz / Av. Praião. S/N, Centro.	Os moradores das áreas afetadas se encaminharão em direção à Avenida Praião, rumo à Igreja Matriz.
	Área de Espera - Quadra de Esportes Raimundo dos Reis / Av. Afonso Pena, S/N. (Na praça da Prefeitura)	Para chegar na área de espera a população que tiver condições de se locomover irá sair da Igreja Matriz pela Avenida Praião, sem desvios, avançar pela Rua Nossa Senhora Santana até chegar à quadra de Esportes Raimundo Reis, para os primeiros procedimentos de triagem. OBS: As pessoas com comorbidades serão deslocadas para a área de espera através de transportes.

9.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Imediatamente após o incidente.
Decretação da Situação de Emergência / Estado de Calamidade (observar a DN 02/2016) se for preciso.	COMPDEC e Prefeito	Após avaliação do cenário de risco. No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Organização dos locais e instalação de abrigos temporários	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Educação	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações definidas para funcionar como abrigos.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre, permanência nos abrigos ou encaminhamento para residências de parentes ou amigos fora da área de risco. (Os ônibus da frota municipal e da empresa terceirizada que presta serviços para o estado poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transportes	Tão logo as pessoas afetadas forem direcionadas aos pontos de apoio e abrigo.
Assistência médica aos afetados (feridos) no ponto de abrigo e encaminhamento conforme o grau da lesão para a rede médica estadual ou de municípios vizinhos.	COMPDEC e Secretaria de Saúde	Durante a triagem, após avaliação da gravidade de cada caso pelas equipes de saúde.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água/alimentação e telefonia/internet).	COMPDEC, Secretários Municipais e empresas prestadoras de serviço	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre.
Recepção, triagem e distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários.	À medida em que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Vistoria nas áreas afetadas	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Após avaliação das condições de segurança para a equipe nos locais afetados.
Desobstrução e recuperação de vias, estradas e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc).	Secretaria de Obras e Secretaria de Transporte.	Após avaliação das condições de segurança e viabilidade para a realização dos trabalhos.
Retorno dos afetados para suas residências.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Transporte.	Após procedidas as vistorias e avaliadas as moradias que não estejam em risco e encontrem-se em condições de habitação.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para as redes de proteção social e projetos sociais voltados para habitação.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Desativação do PLANCON	COMPDEC e Prefeito	Quando o cenário de risco e restabelecimento das questões de segurança e atendimento estiverem sob controle.

10. CENÁRIO DE RISCO – ROMPIMENTO/COLAPSO DE BARRAGEM

O cenário de um possível rompimento da barragem na UHE São Salvador não registra antecedentes de desastres na região. Localizada entre os municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, abrangendo propriedades rurais nas proximidades do Rio Tocantins e uma grande porção do município de São Salvador, a usina está localizada a 30km do centro da cidade.

É crucial destacar que os moradores nas proximidades da UHE São Salvador residem em moradias, em sua maioria, construídas de alvenaria. Além das potenciais consequências para a integridade humana, é importante levar em consideração os impactos devastadores que poderiam ser causados, tais como a destruição de residências, plantações e possíveis impactos ambientais na região.

Considerando o cenário e a realidade do município, é recomendável prever estratégias de resposta que envolvam uma colaboração estreita com os estados circunvizinhos. A coordenação de esforços entre as Defesas Civas estaduais e outros órgãos competentes é essencial para assegurar uma resposta eficaz e oportuna diante de um eventual rompimento da barragem.

A Engie Brasil Energia S.A., na qualidade de empreendedor, desempenha um papel crucial no que concerne à eliminação ou redução das fontes de propagação, sobretudo por meio da implementação do Plano de Ação de Emergência (PAE). Este plano representa uma ferramenta estratégica fundamental para orientar as ações e medidas que visam mitigar os impactos adversos e salvaguardar a segurança das comunidades

circunvizinhas, garantindo a eficácia na gestão de eventuais situações de emergência relacionadas à UHE São Salvador e realizando a integração do PAE ao PLANCON.

As inspeções de campo desempenham um papel crucial, possibilitando a manutenção diária e segurança da barragem. Durante essas atividades, é essencial observar e analisar os dados de instrumentação, vazão afluente e defluente, além dos níveis de operação do reservatório. Essa análise aprofundada permite identificar potenciais pontos de fragilidade na estrutura e tomar medidas preventivas para evitar o rompimento iminente.

Adicionalmente, a conscientização da comunidade local sobre medidas de segurança, protocolos de evacuação, como simulações e treinamentos, e a importância de manter a atenção em situações de risco emergencial pode desempenhar um papel importante na minimização dos impactos.

Ademais, embora a região não tenha histórico de desastres desse tipo, a prevenção e o planejamento ativo são indispensáveis para garantir a segurança da população e a preservação do ambiente diante da possibilidade de um evento adverso como o rompimento de uma barragem.

10.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

CENÁRIO 03	
Ameaça	Rompimento/Colapso de barragens
Risco	Falta de fiscalização, falha do sistema de monitoramento, eventos naturais (chuvas).
Hipótese Acidental	A ruptura da barragem pode causar danos às vidas humanas, impactos ambientais e econômicos, na Zonas de Auto-salvamento (ZAS) e na Zona Secundária de Salvamento (ZSS).
Áreas de risco	Município como um todo

2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO

- ❖ Necessidade de retirada emergencial das pessoas que estiverem nas áreas de risco ou afetadas, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Defesa Civil, levando em consideração o Cadastro dos moradores residentes na ZAS e na ZSS;
- ❖ Algumas vias do município serão comprometidas pelo rompimento da barragem;
- ❖ Falta de abastecimento de energia, internet e alimentos em regiões afetadas;
- ❖ Isolamento do município devido à sua localização geográfica;
- ❖ Necessidade de abrigos para alocar as pessoas resgatadas;
- ❖ Necessidade de resposta especializada para o salvamento das vítimas em caso de inundação, utilização de apoio de helicópteros;
- ❖ Solicitação de apoio aos municípios vizinhos;
- ❖ Suspensão das aulas e expediente de trabalho;
- ❖ Decretação de Estado de Emergência/Calamidade Pública;
- ❖ Levantamento de prejuízos patrimoniais.

2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados

Prejuízo econômico privado:	Instalações da UHE São Salvador; Estruturas patrimoniais dos moradores inseridos na ZAS
Prejuízo econômico público:	20 milhões
Dano material:	Danos patrimoniais de todas as estruturas e bens que estão dentro da área das ZAS
Dano humano:	1800 pessoas inseridas na ZAS e 38 pessoas na UHE São Salvador (pior cenário)



Figura 4 - Área de risco rompimento de barragem – ZAS.

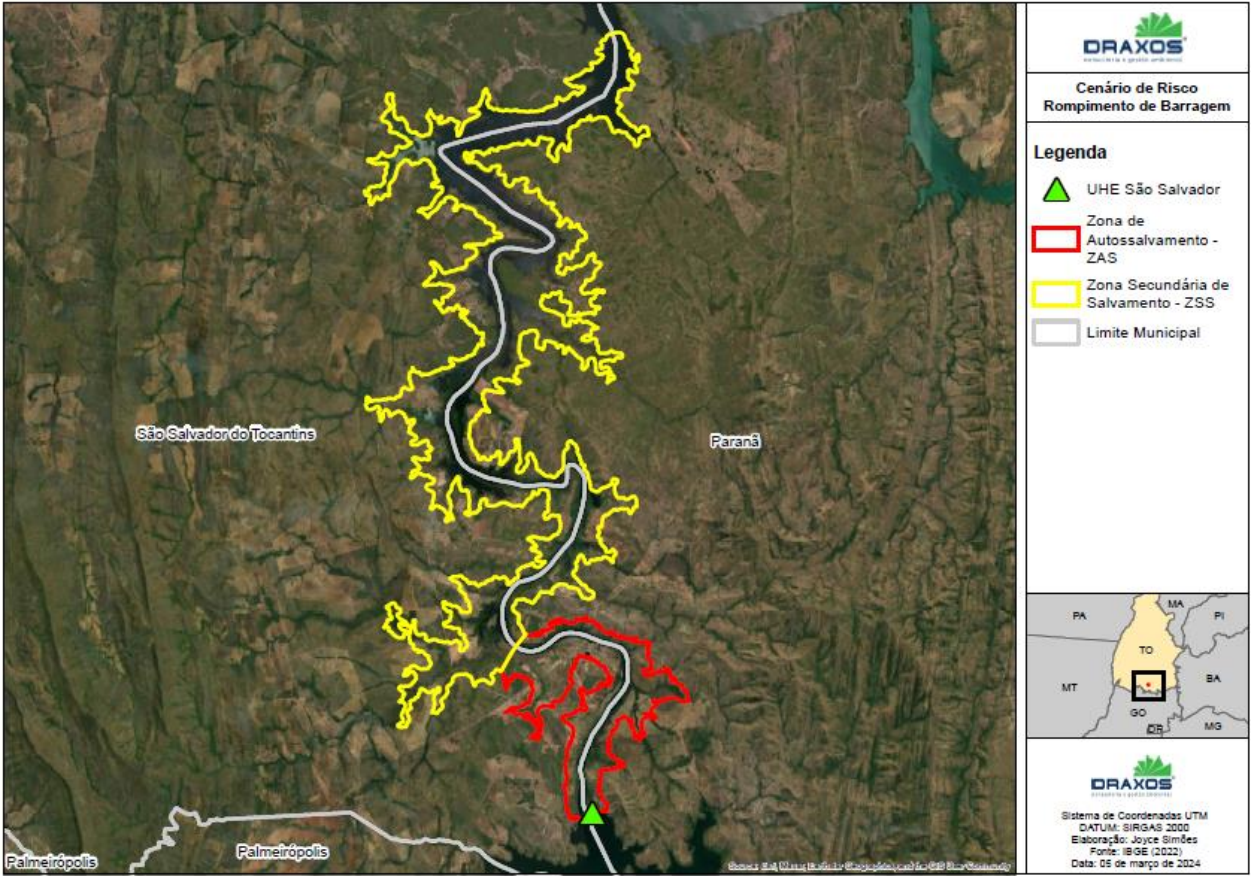


Figura 5 - Área de risco rompimento de barragem - ZSS.

Conforme ilustrado nos mapas anteriores, em um cenário de rompimento/colapso de barragem, a população afetada encontra-se na área de risco correspondente às Zonas de Autossalvamento (ZAS) e à Zona Secundária de Salvamento (ZSS).

10.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO ROMPIMENTO/COLAPSO DE BARRAGENS

10.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A iminência do risco de rompimento da barragem da UHE São Salvador é uma situação crítica que demanda a atuação coordenada de diversos órgãos públicos e entidades de apoio. Esses organismos desempenham papéis fundamentais na proteção da população local diante dessa ameaça iminente.

Juntamente com a Engie Brasil Energia S.A., a Defesa Civil, deve trabalhar em conjunto na integração PAE x PLANCON. O empreendedor sendo responsável pela manutenção e segurança da barragem e a Defesa Civil sendo o responsável por coordenar as ações de resposta durante e após o incidente. Em parceria, o Corpo de Bombeiros, situado no município de Gurupi a 180 km de distância, assume papel estratégico na execução de operações de resgate e assistência, enquanto a brigada municipal, especializados em prevenção e combate a incêndios florestais, oferecem suporte adicional.

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	Organização/Função	Contatos
Sara Laiza Souza Conceição	Defesa Civil / COMPDEC / Coordenadora	(62) 98473-2273
Bruno Henrique Castro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Secretário	(63) 98439-0471
Corpo de Bombeiros	Central da Região - Município de Gurupi	(63) 3313-3322
Túlio Ramalho Montalvão	Brigada Municipal	(62) 993159697
Ilka Sales Amado	Secretaria de Saúde / Secretária	(63) 99231-1860
Edivan Pereira da Conceição	Secretaria de Transporte / Secretário	(63) 98435-3211

RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS		
Nome	Organização/Função	Contatos
Ronilda Bispo	Secretaria de Educação / Secretária	(63) 98446-5214
Eliane Gomes Rodrigues	Secretaria de Administração / Secretária	(63) 98415-1743
Celina Aires	Secretaria de Assistência Social / Secretária	(63) 99126-7346
Salvador Felicíssimo	Secretaria de Agricultura / Secretário	(63) 98115-3415
Rômulo Silva Silveira	Associação Novo Caminho Juvenil	(63) 99113-3500
Hikaro Moura	ENGIE	(63) 99261-9434
Erisvaldo	Defesa Civil Estadual	(63) 99209-0845
Marlene	Colônia de Pescadores Z-28	(63) 99283-2589
Marcio José da Cruz	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Secretário	(63) 99266-6851

10.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Barcos	12	Colônia de Pescadores Z-28/ Marlene	(63) 99283-2589
	Disponibilizada conforme demanda	Corpo de Bombeiros	(63) 3313-3322
Ônibus	5	Secretaria de Educação / Ronilda Bispo	(63) 98446-5214
	7	Escola Estadual / Adilson - Empresa Terceirizada	(63) 98496-2395

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Van	1	Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 99113-3500
Micro-ônibus	1		
Caminhonete pequena (Strada)	3		
Caminhonete grande (S-10)	1		
Caminhão Pequeno	1		
Caminhão grande	2		
Ambulância	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales Amado	(63) 99231-1860
Carros de apoio	10	Prefeitura Municipal / Secretaria de Administração	(63) 98515-4550
Caminhão pipa	2	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro	(63) 98439-0471
Trator	5;4	Secretaria de Agricultura / Salvador Felicíssimo; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 98115-3415; (63) 99113-3500
Trator esteira	1	Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silveira	(63) 99113-3500
Pá Carregadeira	2		
Pá Escavadeira	1	Secretaria de Transporte/ Edivan Pereira da Conceição	(63) 98435-3211
Retroescavadeira	1		
Patrol	2		
Botes	Disponibilizada conforme demanda	Corpo de Bombeiros	(63) 3313-3322
Coletes Salva Vidas			
Caçambas	2;1	Secretaria de Transporte/ Edivan Pereira da Conceição; Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras/ Marcio José da Cruz	(63) 98435-3211; (63) 99266-6851
Maca de resgate	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales	(63) 99231-1860
Bala de aço para oxigênio pequena	8		

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	Quantidade disponível (por instituição)	Responsável / Operador	Contatos
Bala de aço para oxigênio grande	4		
Desfibrilador (DEA)	2		
Nagatoscópio	5		
Aparelho nebulizador	2		
Aspirador de secreção	3		
Cadeira de rodas	3		

10.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Instalação	Localização
Posto de Comando	Sala da Escola Agrícola José Porfilho / Reassentamento Piabanha
Área de espera	Entrada do Morro da Serrinha (local mais alto, a 3km da sede)
Abrigo 1 - São José	Escola Agrícola José Porfilho - Reassentamento Piabanha
Acampamento/Base	
Heliponto/helibase	Escola Agrícola José Porfilho - Reassentamento Piabanha / Área externa
OBS: A Escola Agrícola José Porfilho está situada na Região dos Reassentamentos Piabanha I e II e possui infraestrutura adequada para acomodação em caso de cenário de risco, conforme listado no tópico 3 deste documento. A região também engloba cerca de 52 residências, as quais podem ser acionadas em caso de necessidade.	

10.3 NÍVEIS DE ALERTA MÁXIMO E EMERGÊNCIA - INTEGRAÇÃO PAE E PLANCON

O documento norteador dos níveis de alerta e emergência é o Plano de Ação de Emergência, e diferentemente dos outros cenários, o poder público e agentes voluntários devem receber informações internas da própria usina sobre o desenvolvimento do cenário de risco.

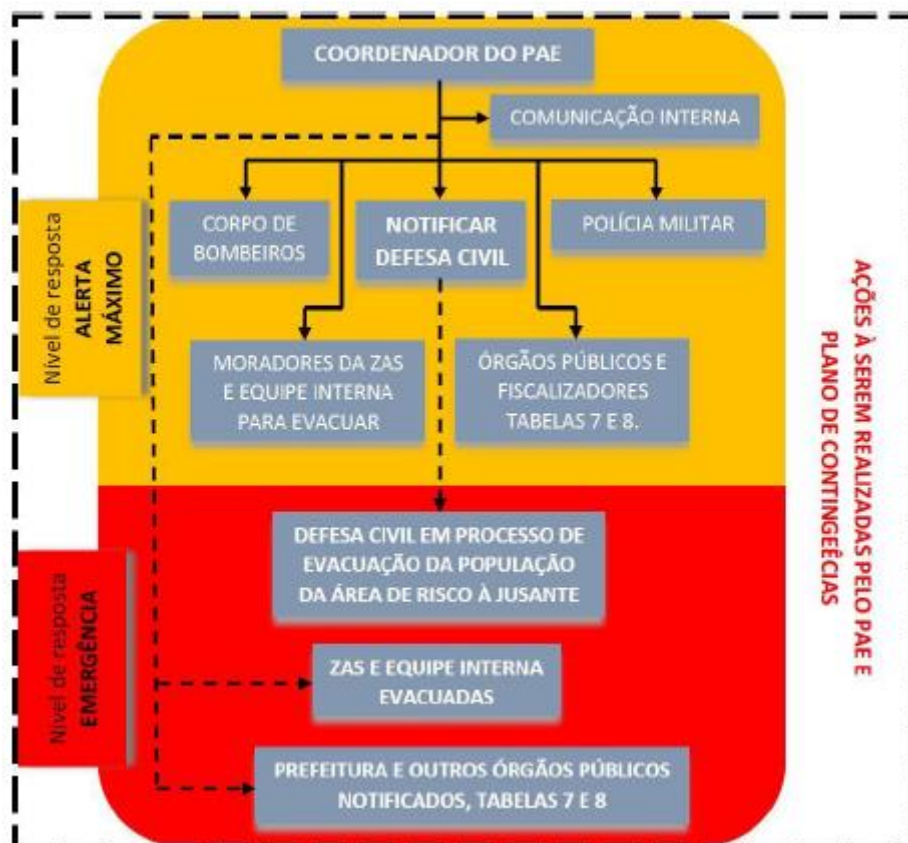


Figura 6- Fluxograma de comunicação e notificações.
 Fonte: Plano de Ação de Emergência da UHE São Salvador

Em relação aos níveis de segurança internos da UHE Cana Brava e as principais características de cada um, podemos observar na Figura 7.

Nível de Segurança da Barragem		Situações (Principais características)
FASES DE EMERGÊNCIA	ALERTA MÁXIMO IMINÊNCIA DE RUPTURA	• Probabilidade de acidente elevada e iminente, a situação pode estar se tornando incontrolável pelo empreendedor; • Nível de Segurança de ALERTA MÁXIMO será decretado pelo empreendedor, quando a sobre elevação no reservatório está em crescimento e atingindo o nível máximo do reservatório ou quando a erosão interna da barragem mostrar sinais de anomalias incontroláveis; ✓ No caso de cenários de erosão interna ou galgamento da Barragem, o empreendedor deverá avaliar e adotar as medidas internas possíveis, para evitar a ruptura; ✓ O Empreendedor deverá avisar e alertar a população da ZAS - Zona de Auto Salvamento para evacuação; ✓ Evacuação interna dos colaboradores da Usina pela rota de fuga; ✓ Cenário excepcional de alerta geral; ✓ Caso ocorram esses cenários, a segurança do vale à jusante está gravemente ameaçada e o empreendedor deverá adotar procedimentos de comunicação e notificação externos para a Defesa Civil, Prefeituras e Órgãos Públicos, devido a iminência de ruptura; ✓ A Defesa Civil será comunicada e aplicará o seu Plano de Contingência para comunicação, alerta e evacuação da população à jusante.
	RUPTURA EM PROGRESSO	• Situação de acidente inevitável, incluindo o início da ruptura da barragem, fora de controle do empreendedor; ✓ Segurança do vale à jusante está gravemente afetada; ✓ Todos os procedimentos de comunicação e notificação devem estar realizados; ✓ O Plano de Contingência deverá estar com todos os procedimentos de emergência em execução; ✓ Todos os mecanismos de apoio logístico, as rotas de fuga e pontos de encontro deverão estar definidas; ✓ A evacuação da população da ZAS - Zona de Auto Salvamento concluída; ✓ A ação de evacuação da população em área de risco no vale à jusante deverá estar em fase final.

10.4 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ROMPIMENTO/COLAPSO DE BARRAGEM

10.4.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

Em relação à comunicação do risco, o empreendedor responsável pela barragem deve adotar procedimentos eficientes, notificando externamente a Defesa Civil, Prefeituras e outros órgãos públicos sobre a iminência de ruptura. Esse processo ocorrerá por meio de ligações telefônicas, WhatsApp, e notificações externas possibilitando uma comunicação rápida e direta para acionar os planos de contingência necessários.

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA	
Mecanismo de acionamento	Responsável
WhatsApp/ligação telefônica	Sara Laiza Souza Conceição - Coordenadora Municipal de Proteção e Defesa Civil
WhatsApp/ligação telefônica	Edmar José - Prefeito

10.4.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)		
Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	
Acionamento das sirenes de emergência	Engie - Coordenador do PAE	-
Carro de som da prefeitura (zona urbana)	Motorista da Prefeitura	Transitar com o veículo nos locais que poderão ser afetados pelo desastre, alertando a população sobre o risco e repassando orientações de forma antecipada.
Mensagem de WhatsApp (zona urbana e rural)	Sara Souza / Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil	A coordenadora da COMPDEC enviará o alerta e as orientações no grupo institucional interno. O representante de cada Secretaria Municipal ficará responsável por repassar as informações/mensagens aos contatos estratégicos de cada pasta (agentes de saúde, professores, lideranças, etc.).

10.4.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO	
Nº do ponto de encontro	Descrição do Ponto de Encontro- Município
1	Entrada do Morro da Serrinha – Está localizada a 3 km da sede, sendo selecionada por ser o ponto mais elevado do município e por ser de fácil acesso, sendo conhecida por toda a comunidade.

IDENTIFICAÇÃO DAS ROTAS DE FUGA	
Nº da Rota de Fuga	Descrição da Rota de Fuga - Município
1	Partindo da Igreja Matriz, segue pela avenida principal sentido Palmeirópolis/TO até a entrada da Fazenda Serrinha, onde está localizada a torre de telefonia.

10.5 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Imediatamente após o incidente.
Decretação da Situação de Emergência / Estado de Calamidade (observar a DN 02/2016) se for preciso.	COMPDEC e Prefeito	Após avaliação do cenário de risco.
Organização dos locais e instalação de abrigos temporários	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Educação	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações definidas para funcionar como abrigos.
Restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica, água/alimentação e telefonia/internet).	COMPDEC, Secretários Municipais e empresas prestadoras de serviço	Após instalação do Posto de Comando e deliberações do grupo de resposta ao desastre.
Triagem das pessoas afetadas pelo desastre, permanência nos abrigos ou encaminhamento para residências de parentes ou amigos fora da área de risco. (Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, CRAS, Secretaria de Transportes e Empreendedor	Tão logo as pessoas afetadas forem direcionadas aos pontos de apoio e abrigo.
Assistência médica aos afetados (feridos) no ponto de abrigo e encaminhamento conforme o grau da lesão para a rede médica estadual ou de municípios vizinhos.	COMPDEC e Secretaria de Saúde	Durante a triagem, após avaliação da gravidade de cada caso pelas equipes de saúde.
Vistoria nas áreas afetadas	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Após avaliação das condições de segurança para a equipe nos locais afetados.
Desmobilização do Posto de Comando e abrigos.	COMPDEC, prefeito e secretários municipais.	Após o restabelecimento dos serviços essenciais e condições

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
		de segurança dos locais afetados.
Encaminhar famílias desalojadas.	COMPDEC e CRAS	Direcionar as famílias desalojadas para projetos sociais para recuperação da moradia
Desativação do PLANCON	COMPDEC e Prefeito	Quando o cenário de risco e restabelecimento das questões de segurança e atendimento estiverem sob controle.

11. CENÁRIO DE RISCO – ESTIAGEM

No município de São Salvador do Tocantins, a questão do abastecimento de água torna-se ainda mais desafiadora durante a estação da seca. Nas áreas rurais, a falta de acesso à água tratada se evidencia de maneiras preocupantes, com comunidades dependendo de recursos como bombas submersas em rios para abastecer suas casas.

Já na zona urbana do município de São Salvador os moradores possuem acesso à água tratada. Essa disparidade entre as áreas urbanas e rurais agrava os desafios enfrentados pelas populações rurais, gerando impactos diretos na saúde pública, na agricultura e na pecuária.

Vale ressaltar que a falta de água tratada nas áreas rurais, não apenas compromete a qualidade de vida dessas comunidades, mas também dificulta o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Sem acesso a água potável, as famílias rurais enfrentam dificuldades para manter uma higiene adequada, aumentando a propagação de verminoses e o risco de doenças. Além disso, durante o período de estiagem, é comum observar um aumento nos casos de hipertensão arterial, gastroenterite e cistite, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde.

A escassez de água também prejudica a produção agrícola e pecuária, que são atividades fundamentais para a subsistência dessas comunidades. Sem água suficiente para irrigação e para o gado, os agricultores e pecuaristas enfrentam perdas significativas em suas colheitas e rebanhos, impactando diretamente sua renda e sustento.

11.1 CONSTRUÇÃO DE CENÁRIO

CENÁRIO 04	
Ameaça	Estiagem na região
Risco	Questões meteorológicas; baixa precipitação; baixo índice pluviométrico; ocorrência do fenômeno El niño.
Hipótese Acidental	Mortalidade humana e de animais; perda de pastagem e lavouras; queimadas e incêndios florestais; redução dos níveis dos reservatórios de água; aumento de doenças gastrointestinais (diarreia), doenças respiratórias e desidratação.
Áreas de risco	Zona urbana (apenas a questão da saúde pública é afetada); Zona rural (Região das Glebas, Reassentamento Piabanha I e II, Região das Alminhas, Região do 49, Região do Cruzeiro, Região do São Lucas, Região Pé da Serra, Região do Grotão, Região do Ferrugem e Região do Buriti).
2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO	
❖ Perda do gado e da agricultura familiar, afetando economicamente o município; ❖ Suspensão das aulas na área rural por falta de água para consumo e limpeza; ❖ Aumento de gasto público para viabilizar a distribuição de água na zona rural; ❖ Aluguéis de carros pipa; ❖ Aumento de demandas e recursos da saúde pública e assistência social; ❖ Aumento da equipe de brigadistas e motoristas para atender as demandas de incêndios e abastecimento de água.	
2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados	
Prejuízo econômico privado:	Estimativa de R\$ 50.000,00 por família no período de estiagem (maioria relativo à perda de gado)
Prejuízo econômico público:	Estimativa de 2 milhões reais (durante o período de estiagem)
Dano material:	Perda de lavoura e animais (subsistência e comercialização)
Dano humano:	300 pessoas afetadas

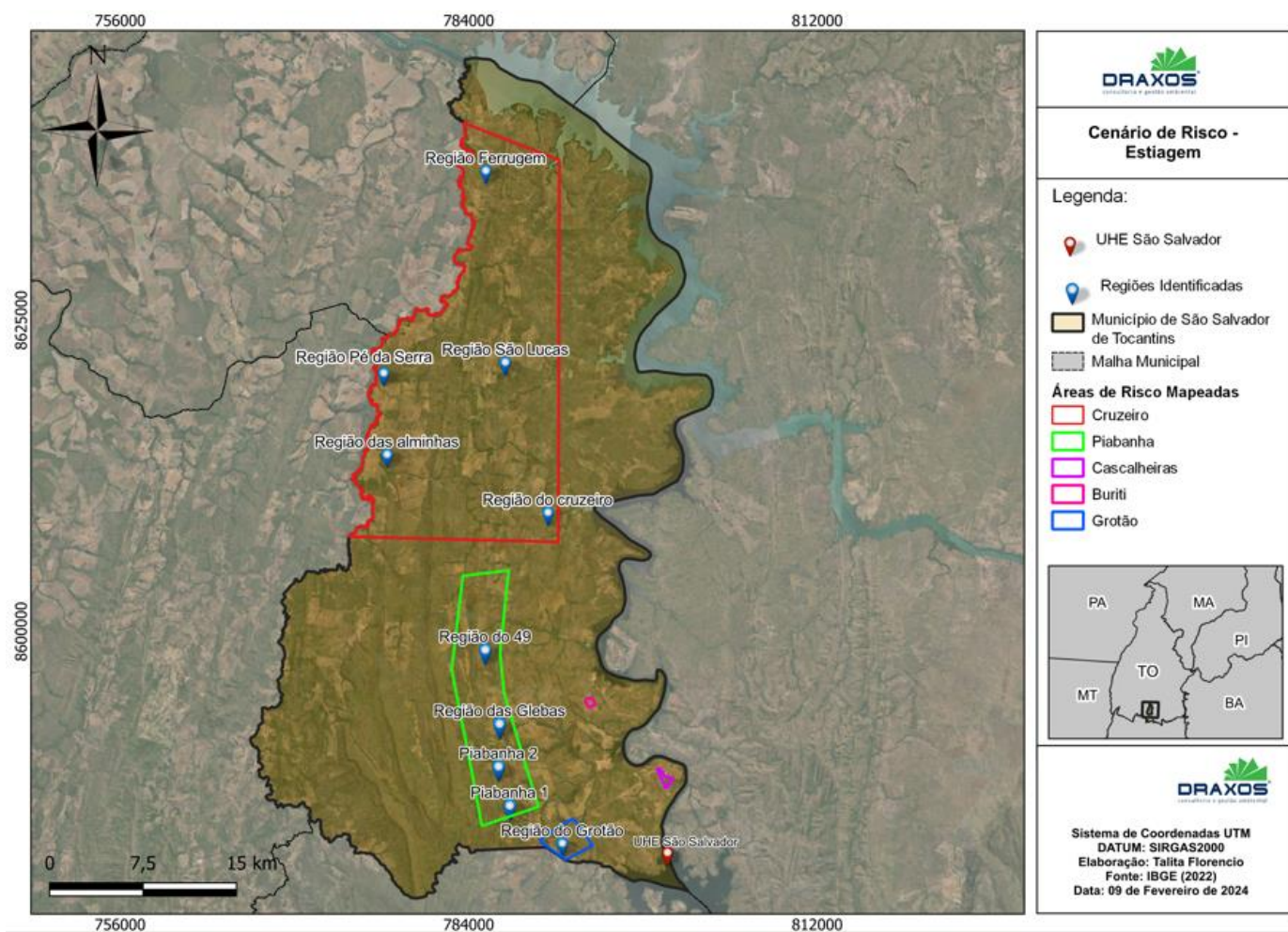


Figura 8 - Área de risco cenário de estiagem

11.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PARA A ESTIAGEM

11.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A integração dos diversos órgãos públicos e entidades desempenham papéis cruciais para lidar com a situação de seca no município de São Salvador do Tocantins. A Secretaria Municipal de Saúde assume a responsabilidade de coordenar ações emergenciais para fornecer água potável e prevenir doenças associadas a escassez hídrica. A Secretaria Municipal de Transporte torna-se essencial na logística de distribuição de água, garantindo o abastecimento eficiente das comunidades rurais.

A Secretaria Municipal de Agricultura, por sua vez, concentra esforços em promover práticas sustentáveis na agricultura, enquanto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente

lidera ações de conscientização e preservação ambiental. A Assistência Social atua diretamente nas comunidades, fornecendo suporte às famílias vulneráveis.

A Defesa Civil e as Brigadas, voltadas para gestão de desastres naturais e prevenção de incêndios florestais causadas pela estiagem, respectivamente, desempenham funções estratégicas na resposta a emergências.

Nome	Organização/Função	Contatos
Edmar José	Prefeitura Municipal / Prefeito	(63) 98515-4550
Bruno Henrique Castro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Secretário	(63) 98439-0471
Sara Laiza Souza Conceição	Defesa Civil / COMPDEC / Brigada / Coordenadora	(62) 98473-2273
Ilka Sales Amado	Secretaria Municipal de Saúde / Secretária	(63) 99231-1860
Salvador Felicíssimo	Secretaria de Agricultura / Secretário	(63) 98115-3415
Celina Aires	Secretaria de Assistência Social / Secretária	(63) 99126-7346
Eliane Gomes Rodrigues	Secretaria de Administração / Secretária	(63) 98415-1743
Ronilda Bispo	Secretaria de Educação / Secretária	(63) 98446-5214
Edivan Pereira da Conceição	Secretaria de Transporte / Secretário	(63) 98435-3211
Rômulo Silva Silveira	Associação Novo Caminho Juvenil e Brigada Voluntária	(63) 99113-3500
Celio Quirino (Motorista da Saúde/Assentamento)	Brigada Voluntária	(63) 98472-3435
Central da Região	Corpo de Bombeiros / Município de Gurupi	(63) 3313-3322
Erisvaldo	Defesa Civil Estadual	(63) 99209-0845
Filipe Rodrigues	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	(63) 99104-7714

11.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO	QUANTIDADE DISPONÍVEL (POR INSTITUIÇÃO)	RESPONSÁVEL / OPERADOR	CONTATOS
Soprador	1	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro	(63) 98439-0471
Abafadores	4		
Caminhão pipa	1		
Facão	1		
Bomba costal rígida	2; 10	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Bruno Henrique Castro; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 98439-0471; (63) 99113-3500
Enxada	3	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz	(63) 99266-6851
Roçadeira	4		
Facão	6		
Foice	5; 20	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 99266-6851; (63) 99113-3500
Enxada	3; 20	Secretaria de Habitação, Urbanismo e Obras / Márcio José da Cruz; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 99266-6851; (63) 99113-3500
Kit EPI (uniforme, bota, caneleira e máscara)	14	Defesa Civil / COMPDEC /Brigada / Sara Laiza Souza Conceição	(62) 98473-2273
Poços artesianos	8	Secretaria de Agricultura / Salvador Felicíssimo	(63) 98115-3415
Bala de aço para oxigênio pequena	8	Secretaria de Saúde / Ilka Sales	(63) 99231-1860
Bala de aço para oxigênio grande	4		
Desfibrilador (DEA)	2		
Nagatoscópio	5		
Aparelho nebulizador	2		
Aspirador de secreção	3		
Cadeira de rodas	3		
Laringoscópio	2		
Eletrocardiograma	1		
Aparelho de pressão digital	3		
Aparelho de pressão infantil	2		

IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO	QUANTIDADE DISPONÍVEL (POR INSTITUIÇÃO)	RESPONSÁVEL / OPERADOR	CONTATOS
Aparelho de ultrassom portátil	1		
Termômetro digital de pulso/ testa	2		
Oxímetro de pulso digital	2		
Oxímetro de dedo	5		
Monitor de glicemia	3		
Sonopulse iii 1mhz e 3mhz- aparelho de ultrassom	2		

11.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES – EM CASOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
Área	Instalação	Localização
Região das Glebas, Piabanha I e II, Região do 49	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Abrigo	
	Ponto de encontro	
	Acampamento/Base	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Heliponto/helibase	
Região do Buriti	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Abrigo	
	Ponto de encontro	Propriedade de Dona Maria de "Zé Buchudo"
	Acampamento/Base	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Heliponto/helibase	
Região do Cruzeiro, Alminhas, São	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Municipal desativada da Comunidade São Lucas

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES – EM CASOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Área	Instalação	Localização
Lucas, Pé da Serra e Ferrugem	Abrigo	Campo de Futebol da Escola da Comunidade São Lucas
	Ponto de encontro	
	Acampamento/Base	
	Heliponto/helibase	
Região do Grotão	Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
	Área de espera	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Abrigo 1	
	Ponto de encontro	
	Acampamento/Base	Área externa da Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha
	Heliponto/helibase	

11.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTAS A ESTIAGEM

11.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

Mecanismo de acionamento	Responsável
Via WhatsApp / ligação / E-mail / Ofício institucional para solicitação de apoio externo	Edmar José / Prefeitura Municipal
Via WhatsApp / ligação / E-mail / Ofício institucional para solicitação de apoio externo	Sara Souza / Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil

11.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA

Conscientizar a população sobre o iminente cenário de seca é uma tarefa crucial para garantir a segurança das comunidades. Para isso, estratégias diversas precisam ser empregadas, considerando a heterogeneidade das áreas urbanas e rurais.

O uso de aplicativos tem se mostrado uma poderosa ferramenta para alcançar diferentes áreas da população. Através dessas plataformas, informações urgentes e orientações podem ser compartilhadas em tempo real, permitindo que as comunidades estejam cientes das medidas preventivas a serem adotadas. O WhatsApp, em particular,

tem se destacado como uma forma eficaz de transmitir essas informações, alcançando um amplo público de forma rápida e eficiente.

As ligações telefônicas também desempenham um papel importante, proporcionando um canal direto de comunicação, principalmente em regiões onde o acesso à internet pode ser limitado. Essa abordagem é essencial para garantir que mesmo em áreas mais remotas, as informações sobre a escassez de água e as medidas preventivas alcancem a população.

A presença ativa nas redes sociais é fundamental para disseminar informações de maneira rápida e abrangente, utilizando conteúdos audiovisuais, na intenção de informar sobre a situação do cenário e as ações recomendadas em caso de secas.

Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Cards divulgados pelo WhatsApp (zona rural e urbana)	Sara Souza / COMPDEC e Secretaria de Administração	A COMPDEC solicitará a elaboração dos <i>cards</i> ou material de divulgação à Secretaria de Administração. Em seguida, a COMPDEC enviará os <i>cards</i> no grupo institucional interno e da Brigada. O representante de cada Secretaria Municipal ficará responsável por repassar as informações/mensagens aos contatos estratégicos de cada pasta (agentes de saúde, professores, lideranças, etc.).
Carro de som (zona urbana)	Sara Souza / COMPDEC e Secretaria de Administração	A COMPDEC solicitará a autorização e contratação de carro de som pela Secretaria de Administração para serem veiculadas informações e alertas nos locais que poderão ser afetados por incêndios florestais.
Redes sociais oficiais da Prefeitura / Instagram e Facebook (zona urbana e rural)	Sara Souza / COMPDEC e Secretaria de Administração	A COMPDEC será responsável por repassar as informações e orientações para a Secretaria de Administração, responsável por operacionalizar as redes sociais oficiais. Estas, atuarão na divulgação sobre o risco de potenciais incêndios relacionado ao cenário climático e no alerta para as áreas onde o desastre já ocorreu, com intuito de mobilizar a população próxima à área em risco. As redes sociais também funcionariam como ferramentas de informações visando à prevenção de queimadas.

Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Agentes de Saúde/Líderes comunitários (zona rural)	Sara Souza / COMPDEC, Agentes de saúde, lideranças e professores das escolas da zona rural	A COMPDEC repassará diretamente aos líderes comunitários e agentes de saúde as informações e orientações sobre o risco de incêndios, que deverão ser propagadas via WhatsApp ou através de informes escolares aos alunos e responsáveis. Esses atores serão os pontos focais de comunicação direta com a Defesa Civil e a comunidade em geral.

11.3.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA

IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS DE ENCONTRO E ROTAS DE FUGA – EM CASOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS		
Região	Nome do ponto de encontro	Descrição da rota de fuga
Região das Glebas, Piabanha I e II e Região do 49	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha	Seguir pelas estradas vicinais mais próximas sentido estrada principal da Piabanha, até a Escola Agrícola.
Região do Buriti	Propriedade de Dona Maria de "Zé Buchudo" (para a Região do Buriti)	Pegar a estrada vicinal sentido São Salvador e seguir até a casa de Dona Maria de "Zé Buchudo".
Região do Cruzeiro, Alminhas, São Lucas, Pé da Serra e Ferrugem	Escola Municipal desativada da Comunidade São Lucas	Possibilidade de pegar 2 estradas vicinais principais: a do Rio das Almas, e a que parte do Pé da Serra. Seguir por uma delas até chegar a Escola da Comunidade São Lucas.
Região do Grotão	Escola Agrícola José Porfilho / Região da Piabanha	Saindo da Região do Grotão, seguir direto pela rodovia estadual sentido Escola Agrícola.

11.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Imediatamente após o incidente.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Decretação da Situação de Emergência / Estado de Calamidade (observar a DN 02/2016), caso necessário.	COMPDEC e Prefeito	Após avaliação do cenário de risco. No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Organização dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Educação	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações definidas para funcionar como abrigos.
Em caso de incêndios, restabelecimento dos serviços essenciais (energia elétrica e telefonia).	COMPDEC, Prefeito e empresas prestadoras de serviços	Quando houver interrupção do fornecimento.
Garantir o abastecimento de itens essenciais (água e alimentação).	COMPDEC, Prefeitura e Secretaria de Assistência Social	Após os recebimentos de demandas e solicitações de assistência devido ao cenário de crise.
Distribuição de ajuda humanitária aos afetados.	COMPDEC, CRAS e voluntários	À medida em que as doações forem chegando, evitando acúmulo e perda e materiais perecíveis.
Garantir o estoque de medicamentos e demais itens hospitalares, em caso de surtos de doenças gastrointestinais, desidratação, doenças respiratórias e ferimentos.	Prefeitura e Secretaria de Saúde	Quando identificada a demanda de casos entre a população.
Em caso de incêndios, realizar os primeiros socorros em campo e encaminhamento aos serviços de saúde.	COMPDEC, Secretaria de Saúde e Corpo de Bombeiros	Imediatamente após o incidente.
Em caso de incêndios, realizar a triagem das pessoas afetadas pelo desastre e o encaminhamento aos abrigos pré-definidos ou residências de parentes ou amigos (fora da área de risco). (Os ônibus da frota municipal poderão ser utilizados).	COMPDEC, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Administração, Secretaria de Transportes e Secretaria de Educação	Tão logo as pessoas afetadas forem direcionadas aos pontos de apoio e abrigo.
Em caso de incêndios, realizar a desobstrução e recuperação de vias e obras de arte especiais (pontes, passarelas, etc).	Secretaria de Transporte	Após avaliação das condições de segurança e viabilidade para a realização dos trabalhos.
Retorno das pessoas afetadas para suas residências.	COMPDEC, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de	Após procedidas as vistorias e avaliadas as condições de segurança para o retorno.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
	Transporte e Secretaria de Educação	
Desativação do PLANCON	COMPDEC e Prefeito	Quando o cenário de risco e restabelecimento das questões de segurança e atendimento estiverem sob controle.

12. CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO

As consequências dos cenários de estiagem e enchentes para a saúde humana são inúmeras e têm um impacto significativo no perfil da mortalidade da população. Alguns efeitos na saúde podem ser observados a curto prazo, enquanto outros têm efeitos indiretos a longo prazo, muitas vezes sendo percebidos meses ou até anos após o evento ocorrer. Esses efeitos na saúde podem ser amplificados por várias condições já existentes, como a má nutrição e as condições socioeconômicas da população, quadros de vulnerabilidades individuais e coletivas e desafios socioambientais (SILVA *et al.*, 2015).

Diante dos potenciais cenários de risco, o município de São Salvador do Tocantins corre o risco de enfrentar surtos epidêmicos, como surtos de diarreia, dengue, infecções gastrointestinais, tracoma, desidratação, leptospirose, esquistossomose, entre outros, que podem se transformar em uma Emergência de Saúde Pública (ESP). Essas situações podem sobrecarregar os serviços de saúde locais, ultrapassando sua capacidade de resposta.

O quadro a seguir apresenta os comprometimentos para respostas e ações para prevenção, contenção e mitigação para que o município esteja preparado para lidar com esses desafios e que possa garantir a segurança e o bem-estar da população.

Medidas de Prevenção
→ Monitoramento climático e previsão meteorológica interligado a um sistema de alerta eficaz; → Avaliação da vulnerabilidade em relação às condições de saneamento, saúde e ocupação nas áreas de risco; → Estabelecimento de sistemas de monitoramento e vigilância acerca dos eventos, áreas e grupos vulneráveis, e suas implicações para a saúde, permitindo um estudo contínuo para a preparação e resposta às necessidades de saúde a curto, médio e longo prazos.

Medidas de Contenção

- Análise do sistema de abastecimento de água e da sua qualidade, associado ao fornecimento/reestabelecimento de água tratada e potável para a população atingida;
- Realizar o inventário dos fármacos e materiais em estoque;
- Avaliação das regiões que tiveram o sistema de coleta e descarte de resíduos, coleta e tratamento de esgoto afetados pelo evento, em paralelo com medidas de recolhimento e descarte adequado do lixo, reparo do sistema de coleta e tratamento de esgoto e destinação final adequada para os animais mortos;
- Realizar análise dos alimentos disponíveis e o descarte dos que estiverem contaminados, alinhado à distribuição de mantimentos, utensílios de cozinha e alimentos para os desalojados, bem como à higienização dos mesmos;
- Mapear os impactos sobre serviços fundamentais para as crianças, como creches e escolas, ligado à reabilitação dos mesmos.
- O acionamento do Estado ocorrerá quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais/financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.
- Em casos onde os recursos disponíveis do Estado não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal.

Medidas de Mitigação

- Ações de controle de vetores de hospedeiros de doenças, tanto em nível individual quanto em nível coletivo;
- Potencializar as ações de monitoramento da saúde da população/comunidade que esteve exposta aos riscos de doenças e seus efeitos sobre a saúde;
- Vacinação imediata contra doenças iminentes, para a população das áreas afetadas;

Medidas de Mitigação

- Realizar o inventário dos fármacos e materiais em estoque;
- Caso necessário, garantir a disponibilização de serviços essenciais, como estruturas de saúde móveis, hospitais de campanha e profissionais de saúde nas regiões afetadas;
- Implementação de medidas de cuidado e suporte psicossocial para as comunidades impactadas, visando prevenir e monitorar os efeitos de longo prazo dos Transtornos do Estresse Pós-Traumático (cenário de enchentes/inundações/incêndios florestais);
- Planejar estratégias colaborativas entre o setor de saúde e outras esferas governamentais (defesa civil, meio ambiente, forças armadas, agricultura, comunicação, transporte, polícia, etc.), nos âmbitos municipal, estadual e federal, para o restabelecimento da normalidade do município.
- O acionamento do Estado ocorrerá quando os recursos atualmente disponíveis não forem suficientes para atender às necessidades da ocorrência, tanto em termos de materiais/financeiros quanto de equipes para auxiliar no salvamento.
- Em casos onde os recursos disponíveis do Estado não forem o bastante para atender às demandas da situação, tanto em termos de materiais e finanças, quanto de equipes de resgate, acionar o Governo Federal.

12.1 CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

CENÁRIO 05	
Ameaça	Epidemia - Vírus, bactérias e parasitas
Risco	Epidemias/Pandemias (COVID 19, H1N1, H3N2, cataporas, surtos de diarreia, dengue/zica/chikungunya e doenças respiratórias).
Hipótese Acidental	Mortalidade humana; sequelas ocasionadas por doenças; sobrecarga dos órgãos de saúde do município; e incapacidade de atendimento do cenário pelo município em casos que demandem alto número de atendimentos.
Áreas de risco	Todo o município - Zona urbana e rural
2.2 DESDOBRAMENTOS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO	
❖ Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública; ❖ Suspensão de aulas e expediente de trabalho; ❖ Solicitação de apoio externo juntos aos órgãos estaduais e federais; ❖ Instituir barreiras sanitárias e de fiscalização; ❖ Mobilização das equipes de saúde e demais secretarias, além de apoio da Polícia Militar; ❖ Acompanhamento domiciliar dos infectados; ❖ Encaminhamento de pacientes via regulação estadual; ❖ Aumento de demandas e recursos da saúde pública e assistência social.	
2.3 Indicação dos danos e prejuízos estimados	
Prejuízo econômico privado:	Estimativa de 20 a 25 mil por mês - Setor de Turismo (Donos de pousadas, bares e restaurantes)
Prejuízo econômico público:	R\$ 300.000,00
Dano material:	Não informado
Dano humano:	Óbitos (COVID-19) e grande número de infectados

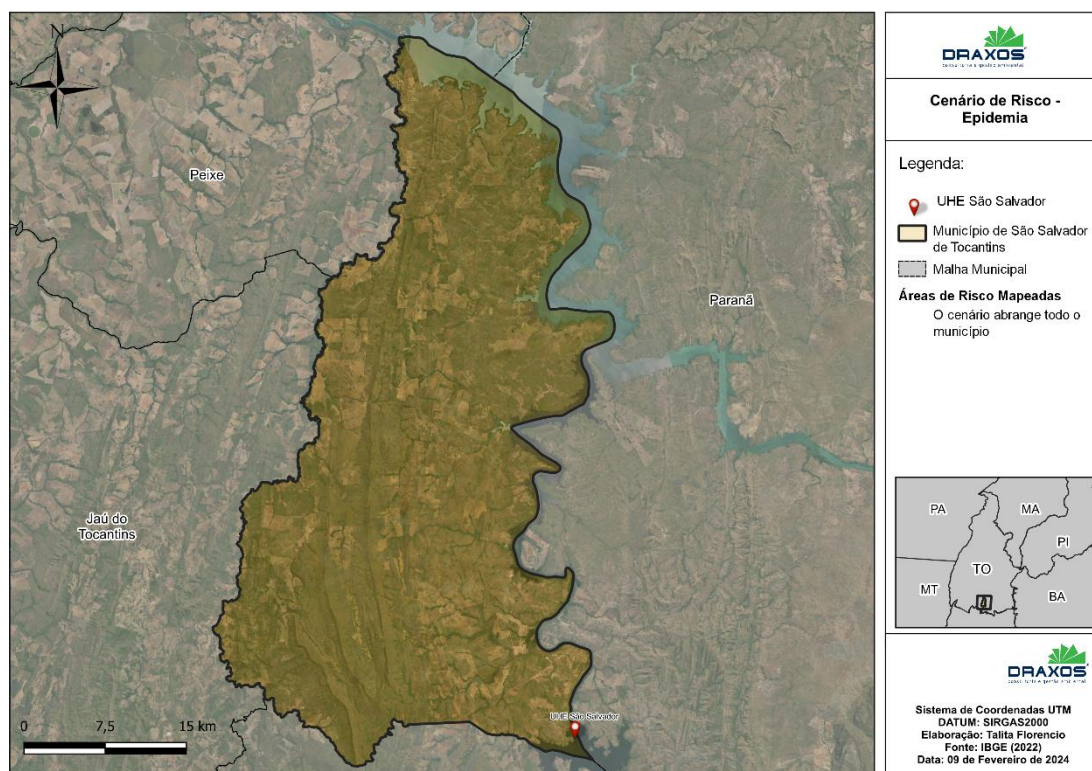


Figura 8 - Área de risco cenário de epidemiológico

Conforme ilustrado no mapa anterior, em um cenário epidemiológico, o território do município de São Salvador como um todo representaria área de risco, afetando, portanto, a totalidade de sua população residente tanto na área urbana como na rural.

12.2 MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

12.2.1 RELAÇÃO DAS PESSOAS, ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

A sinergia entre os diferentes órgãos e entidades é fundamental para enfrentar a epidemia em São Salvador do Tocantins.

A Secretaria Municipal de Saúde assume a importante tarefa de coordenar o monitoramento epidemiológico e outros problemas relacionados a esse cenário. Além disso, ela é responsável por alertar a comunidade sobre os eventos de monitoramento, elaborar boletins informativos, oferecer atendimento médico, fornecer medicamentos e, em casos mais graves, encaminhar os pacientes para unidades hospitalares com suporte adequado.

A Secretaria Municipal de Transporte desempenha um papel essencial na logística do transporte de pacientes e suprimentos. Para mais, a Secretaria de Administração tem a responsabilidade de articular recursos adicionais, tanto materiais quanto humanos, para o atendimento da epidemia.

As outras pastas municipais atuam auxiliando a coordenação e execução de ações de prevenção, controle e tratamento do cenário. Além disso, a atuação conjunta com a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e organizações não governamentais se tornar essencial para garantir uma resposta eficiente diante do cenário epidemiológico. Essas parcerias permitem a mobilização de recursos, a capacitação de profissionais de saúde e a disseminação de informações atualizadas à população, contribuindo para a redução do impacto da epidemia e para a promoção da saúde pública.

Nome	Organização/Função	Contatos
Edmar José	Prefeitura Municipal / Prefeito	(63) 98515-4550
Bruno Henrique Castro	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Secretário	(63) 98439-0471
Sara Laiza Souza Conceição	Defesa Civil / COMPDEC /Coordenadora	(62) 98473-2273
Ilka Sales Amado	Secretaria Municipal de Saúde / Secretária	(63) 99231-1860
Salvador Felicíssimo	Secretaria de Agricultura / Secretário	(63) 98115-3415
Celina Aires	Secretaria de Assistência Social / Secretária	(63) 99126-7346
Eliane Gomes Rodrigues	Secretaria de Administração / Secretária	(63) 98415-1743
Ronilda Bispo	Secretaria de Educação / Secretária	(63) 98446-5214
Edivan Pereira da Conceição	Secretaria de Transporte / Secretário	(63) 98435-3211
Rômulo Silva Silveira	Associação Novo Caminho Juvenil	(63) 99113-3500

Nome	Organização/Função	Contatos
Erisvaldo	Defesa Civil Estadual	(63) 99209-0845
Hikaro Moura	UHE São Salvador - Engie / Gerente	(63) 99261-9434
Alcindo	UHE Peixe Angical - Tractebel / Coordenador	(63) 98463-1799
Filipe Rodrigues	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	(63) 99104-7714
Secretarias Estaduais	Secretarias Estaduais de Saúde, Planejamento e Orçamento, e Trabalho e Desenvolvimento Social	(63) 3218-1730 (Saúde) / (63) 3212-4540 (Planejamento e Orçamento) / (63) 3218-1900 (Trabalho e Desenvolvimento Social)

12.2.2 CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	Quantidade disponível – por instituição	Responsável / Operador	Contatos
Carros de apoio	10	Prefeitura Municipal / Secretaria de Administração	(63) 98515-4550
Casa de Apoio (Gurupi - TO); Casa de Apoio da Associação (Goiânia - GO)	1;1	Secretaria de Saúde / Ilka Sales Amado; Associação Novo Caminho Juvenil / Rômulo Silva Silveira	(63) 99231-1860; (63) 99113-3500
Ambulância	3	Secretaria de Saúde / Ilka Sales	(63) 99231-1860
Maca de resgate	3		
Bala de aço para oxigênio pequena	8		
Bala de aço para oxigênio grande	4		
Desfibrilador (DEA)	2		
Nagatoscópio	5		

CADASTRO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA APOIO E EMPENHO			
Identificação do recurso	Quantidade disponível – por instituição	Responsável / Operador	Contatos
Aparelho nebulizador	2		
Aspirador de secreção	3		
Cadeira de rodas	3		
Laringoscópio	2		
Eletrocardiograma	1		
Aparelho de pressão digital	3		
Aparelho de pressão infantil	2		
Aparelho de ultrassom portátil	1		
Termômetro digital de pulso/ testa	2		
Oxímetro de pulso digital	2		
Oxímetro de dedo	5		
Monitor de glicemia	3		
Sonopulse iii 1mhz e 3mhz- aparelho de ultrassom	2		

12.2.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	
Instalação	Localização
ÁREA URBANA	
Posto de Comando	Secretaria de Assistência Social /Avenida Afonso Pena, S/N, Centro. (Ao lado da garagem municipal)
Posto de Atendimento 1 / Triagem	Área Externa da UBS, Av. Praião , S/N, Centro. (Atenderá a sede e as regiões Grotão, Piabanha I e II, 49, Morro da Figura e Buriti)

IDENTIFICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	
Instalação	Localização
ÁREA URBANA	
Posto de Atendimento 2 / Triagem	Quadra de Esportes Raimundo dos Reis / Av. Afonso Pena, S/N. (Na praça da Prefeitura) / (Atenderá a sede e as regiões Grotão, Piabanha I e II, 49, Morro da Figura e Buriti)
Posto de Atendimento 3 / Triagem	Feira Coberta, Av. Ulisses Guimarães, S/N, Centro. (Atenderá a sede e as regiões Grotão, Piabanha I e II, 49, Morro da Figura e Buriti)
Heliponto/helibase	Campo de Futebol José Neri / Av. Getúlio Vargas, S/N, Centro.
ÁREA RURAL	
Posto de Comando	Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente / Av. Afonso Pena, S/N, Centro.
Posto de Atendimento / Triagem (Retiro e região)	UBS Teresino Bernardo da Silva / Av. Ceará, Povoado Retiro. (Atenderá as regiões São Lucas, Pé de Serra, Alminhas, Cruzeiro e Retiro)
Heliponto/helibase	Campo de Futebol José Neri / Av. Getúlio Vargas, S/N, Centro.
OBS: Os Postos de Atendimento serão viabilizados gradativamente a critério do município a depender da demanda.	

12.3 PLANO DE AÇÃO DE ENFRENTAMENTO – RESPOSTA A EPIDEMIA

12.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E DO MECANISMO DE ACIONAMENTO DO PLANO DE RESPOSTA

Mecanismo de acionamento	Responsável
Via WhatsApp / ligação / E-mail / Ofício institucional para solicitação de apoio externo	Edmar José / Prefeitura Municipal
Via WhatsApp / ligação / E-mail / Ofício institucional para solicitação de apoio externo	Sara Souza / Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil

12.3.2 INDICAÇÃO DO MECANISMO DE MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE (SISTEMA DE ALARME E ALERTA)

Sensibilizar a sociedade sobre a iminente ameaça de uma epidemia é uma tarefa crucial para garantir a segurança das comunidades. Para isso, é necessário adotar estratégias diversas que levem em conta a diversidade das áreas urbanas e rurais. Uma abordagem

que tem se mostrado extremamente eficaz é o uso de aplicativos, que permitem alcançar diferentes segmentos da população.

Através dessas plataformas, informações urgentes e diretrizes podem ser compartilhadas em tempo real, possibilitando que as comunidades estejam cientes das medidas preventivas a serem adotadas. O WhatsApp, em particular, tem se destacado como uma ferramenta eficiente para transmitir essas informações, atingindo um amplo público de forma rápida e eficaz.

As ligações telefônicas também desempenham um papel importante, proporcionando um canal direto de comunicação, principalmente em regiões onde o acesso à internet pode ser limitado. Essa abordagem é essencial para garantir que mesmo em áreas mais remotas, as informações sobre a escassez de água e as medidas preventivas alcancem a população.

A utilização estratégica das redes sociais é fundamental para promover uma ampla disseminação de informações de forma ágil e abrangente. Por meio de conteúdos audiovisuais, busca-se informar sobre a atual situação do cenário e as medidas recomendadas diante de um surto epidemiológico.

Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Cards divulgados pelo WhatsApp (zona rural e urbana)	Ilka Sales/ Secretaria de Saúde, Sara Souza / COMPDEC e Secretaria de Administração	A Secretaria de Saúde solicitará a elaboração dos cards ou material de divulgação à Secretaria de Administração. Em seguida, enviará os <i>cards</i> no grupo institucional interno. O representante de cada Secretaria Municipal ficará responsável por repassar as informações/mensagens aos contatos estratégicos de cada pasta (agentes de saúde, professores, lideranças, etc.).
Carro de som (zona urbana)	Ilka Sales/ Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração	A Secretaria de Saúde solicitará a autorização e contratação de carro de som pela Secretaria de Administração para serem veiculadas informações e alertas nos locais que poderão ser afetados pela epidemia, alertando a população sobre os cuidados e orientações.

Mecanismo de alerta e alarme	Responsável	Como fazer
Redes sociais oficiais da Prefeitura / Instagram e Facebook (zona urbana e rural)	Ilka Sales/ Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração	A Secretaria de Saúde será responsável por repassar as informações e orientações para a Secretaria de Administração, responsável por operacionalizar as redes sociais oficiais. Estas, atuarão na divulgação sobre o risco de potenciais epidemias com intuito de informar e orientar a população local.
Agentes de Saúde/Líderes Comunitários (zona rural e urbana)	Ilka Sales/ Secretaria de Saúde, Agentes de saúde, lideranças e professores das escolas da zona rural	A Secretaria de Saúde repassará diretamente aos líderes comunitários e agentes de saúde as informações e orientações sobre o risco de epidemias, que deverão ser propagadas via WhatsApp ou através de informes escolares aos alunos e responsáveis. Esses atores serão os pontos focais de comunicação direta com a Secretaria de Saúde e a comunidade em geral.

12.4 PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (APÓS O DESASTRE)

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)		
O que fazer	Responsável	Quando fazer
Instalação do Posto de Comando.	COMPDEC, Prefeito e Secretários Municipais	Imediatamente após o incidente.
Decretação da Situação de Emergência / Estado de Calamidade (observar a DN 02/2016), caso necessário.	COMPDEC e Prefeito	Após avaliação do cenário de risco. No caso de decretação o prazo conforme legislação é de 15 dias a partir da data do desastre para eventos súbitos.
Organização dos locais e instalação de abrigos temporários.	COMPDEC, CRAS e Secretaria de Educação	Após deliberação do comando unificado e providenciada a disponibilidade das instalações definidas para funcionar como abrigos.
Instalação do Posto de Comando.	Secretaria de Saúde, Prefeitura e COMPDEC	Após a avaliação do cenário de crise pela Prefeitura, Secretaria de Saúde e COMPDEC.
Decretação de Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública (observar quesitos da Instrução Normativa 02/2016), caso necessário.	Prefeito, COMPDEC, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração	Após a avaliação do cenário de crise pela Prefeitura, Secretaria de Saúde e COMPDEC.

PLANO DE RESPOSTA AO INCIDENTE (após o desastre)

O que fazer	Responsável	Quando fazer
Organização dos Postos de Atendimento	Secretaria de Saúde, Prefeitura e COMPDEC	Tão logo decretada a Situação de Emergência / Estado de Calamidade Pública ou aumento da demanda de saúde.
Orientação/Triagem/ Encaminhamento da população para as ações disponíveis nos postos de atendimento (serviços ambulatoriais, vacinação, etc.).	Secretaria de Saúde, Prefeitura e COMPDEC	Logo após a organização/montagem dos Postos de Atendimento.
Garantir o estoque de medicamentos, vacinas e demais itens hospitalares, necessários ao atendimento e especificidade do cenário.	Prefeitura e Secretaria de Saúde	Após identificação do aumento dos casos ou agravamento da crise entre a população.
Acompanhamento domiciliar (presencial ou online) das equipes de saúde para monitoramento dos afetados.	Secretaria de Saúde	Em caso de indisponibilidade de equipes ou impossibilidade de comparecimento aos postos de atendimento.
Desmobilização do Posto de Comando e postos de atendimento	COMPDEC, Prefeito e Secretaria de Saúde	Após a diminuição dos casos e restabelecimento das condições normais de saúde e segurança .
Desativação do PLANCON	COMPDEC e Prefeito	Quando o cenário de risco e restabelecimento das questões de segurança e saúde estiverem sob controle.

13. SISTEMA DE MONITORAMENTO DE EVENTOS EM SAÚDE PÚBLICA - (SIME)

Quando uma Emergência de Saúde Pública (ESP) é certificada, é necessário realizar a notificação imediata no SIME em até 24 horas, a partir do momento em que se tem conhecimento da ocorrência de doença, agravo ou evento de saúde pública.

O SIME é uma plataforma destinada para o registro e acompanhamento de eventos de importância em saúde pública da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). O sistema possui diversos módulos onde, são registradas notificações recebidas pela SVS, informações do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) em âmbito estadual e municipal, dados de profissionais da saúde, entre outros.

O SIME é utilizado também para monitorar eventos de grande relevância, como os casos que podem ser classificados como Evento de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) ou Evento de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), os quais são acompanhados pelo CIEVS. A plataforma também permite o registro de informes relacionados à vigilância internacional e rumores provenientes da imprensa, mídias sociais e outras fontes, além de oferecer a emissão de relatórios e a realização de pesquisas, sendo acessível para as áreas técnicas e CIEVS locais.

Para agilizar esse processo, a SVS disponibiliza canais de comunicação, como o **Disque Notifica (0800-644-6645)** e o **E-notifica (notifica@saude.gov.br)**. Após a inserção de dados no sistema, é fundamental que todas essas informações sejam atualizadas diariamente, assim como as ações desenvolvidas para controlar o cenário

14. DESMOBILIZAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

Para a desmobilização do Plano Municipal de Contingência é necessário determinar os parâmetros para a conclusão das atividades, seus responsáveis e, por fim, a avaliação da necessidade de ações de auxílio externo a médio e longo prazo.

A etapa de desmobilização deve ser executada de forma planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações. Deverá, ainda, prever a reabilitação e reconstrução de cenários sem prejuízo ao acesso da população aos serviços essenciais básicos.

O PLANCON, portanto, deverá ser desmobilizado sempre que forem constatadas condições que descaracterizam os cenários de riscos identificados, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto.

Abaixo são apresentados os principais critérios para a desmobilização do Plano de Contingência.

No caso de precipitações monitoradas pela COMPDEC, sua evolução ser inferior ou igual a **xxx mm**, caso os problemas tenham sido contidos.

Quando a evolução do nível das lagoas/lagos/rios transbordantes após a ativação do plano, monitorado pelo Chefe de Operações da Defesa Civil, chegar ao seu nível normal.

Ausência de incêndios e desabamentos estruturais confirmada através de averiguação local após o chamado de ocorrência.

Quando as ocorrências direcionadas à Defesa Civil, que desencadearam o acionamento do plano, forem atendidas, solucionas ou encaminhadas.

14.1 PROCEDIMENTOS PARA DESMOBILIZAÇÃO DO PLANCON

A autoridade para a realização da desmobilização do Plano Municipal de Contingência é de responsabilidade da **Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC)** e ao **Prefeito Municipal**. Este processo deverá ser realizado de forma gradativa, cabendo, primeiramente à Defesa Civil, a avaliação da necessidade de manutenção de determinados serviços e agentes envolvidos, alinhando todas as decisões junto ao poder público municipal.

Após a decisão formal para a desmobilização do Plano de Contingência deverão ser adotadas as seguintes medidas operacionais:

- Ativação dos protocolos internos de todos os órgãos mobilizados de acordo com o nível da desmobilização – total ou retorno gradativo;
- Todos os órgãos envolvidos no evento em questão serão avisados via contato telefônico;
- A COMPDEC será responsável pela desmobilização das equipes operacionais e postos avançados, técnicos e demais atores envolvidos no plano;

- Os moradores deverão ser comunicados de todas as ações de desmobilização, através dos meios de comunicações ativos e disponíveis no município.



15. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

A caracterização da situação de emergência e do estado de calamidade pública é imprescindível para a política de proteção e defesa civil, impactando diretamente as ações a serem adotadas para o atendimento às necessidades da população atingida por desastres e os aspectos administrativo e financeiro. É de competência da União implementar e manter o sistema para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, bem como estabelecer critérios e condições para que sejam solicitadas.

Situação de Anormalidade é constituída por **Situação de Emergência** ou **Estado de Calamidade Pública** declarados em razão do desastre.

- **Situação de Emergência:** ligada à intensidade, gravidade e aos danos e prejuízos que o desastre provoca;
- **Estado de Calamidade Pública:** ligado à capacidade de resposta de Estados e Municípios para atender às necessidades da população.

A Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do então Ministério do Desenvolvimento Regional estabeleceu os procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para

a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Ela classifica os desastres quanto à sua intensidade em **três níveis**:

- **Desastres de Nível I ou de pequena intensidade:** aqueles em que há danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais, mas que a situação de normalidade pode ser restabelecida com os recursos mobilizados a nível local, por meio do emprego de medidas administrativas excepcionais previstas na ordem jurídica.
- **Desastres de Nível II ou de média intensidade:** aqueles em que há danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais expressivos e que a situação de normalidade precisa ser restabelecida com os recursos mobilizados em nível local e complementados com o aporte de recursos dos demais entes federativos;
- **Desastres de Nível III ou de grande intensidade:** aqueles em que há vultosos danos humanos, materiais e ambientais além de prejuízos econômicos e sociais, com sério e relevante comprometimento do funcionamento das instituições públicas locais ou regionais, impondo-se a mobilização e a ação coordenada das três esferas de atuação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e, eventualmente de ajuda internacional, para o restabelecimento da situação de normalidade.

É importante frisar que em desastres de **Nível I** não deve ser encaminhado requerimento para o reconhecimento estadual ou federal, mas é mantida a necessidade realizar o registro do desastre no sistema informatizado disponibilizado; desastres de **Nível I e II** ensejam a declaração de **situação de emergência**; desastres de **Nível III** ensejam a declaração de **estado de calamidade pública**.

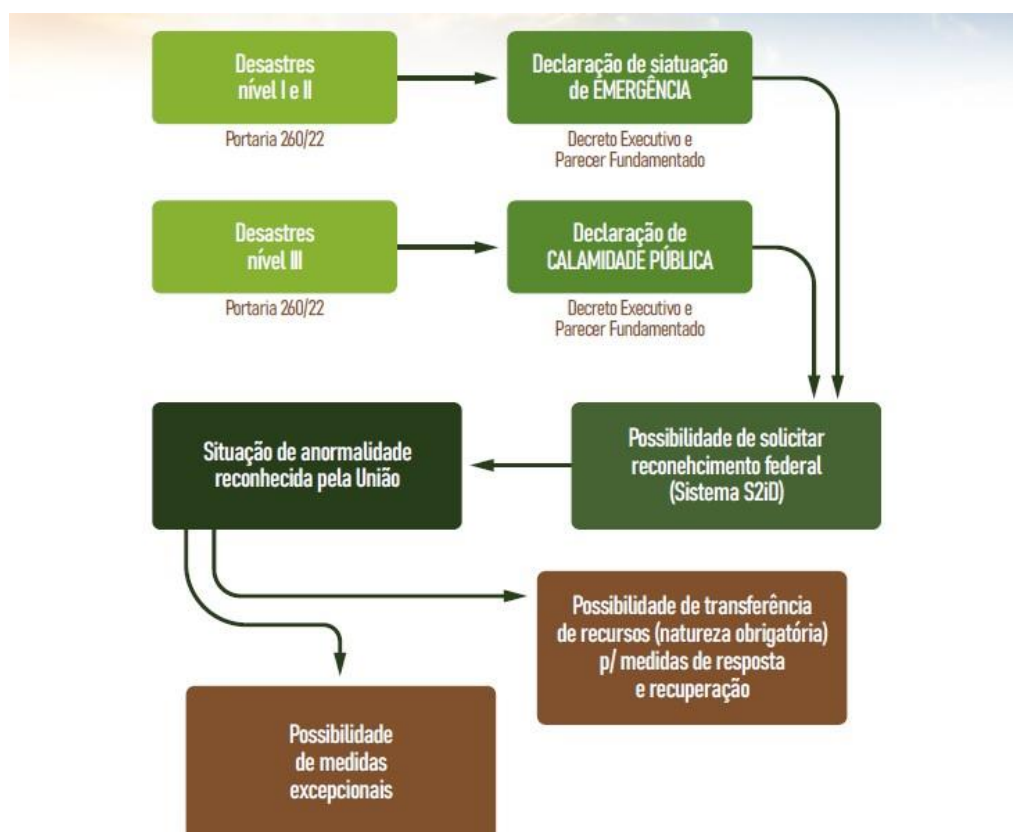


Figura 9 - Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público, 2023.

15.1 SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO FEDERAL DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Para solicitar auxílio federal nas ações de resposta e reconstrução em casos de desastres é necessário requerer o reconhecimento do Poder Executivo Federal de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP), decretado por Estado, Distrito Federal ou Município afetado.

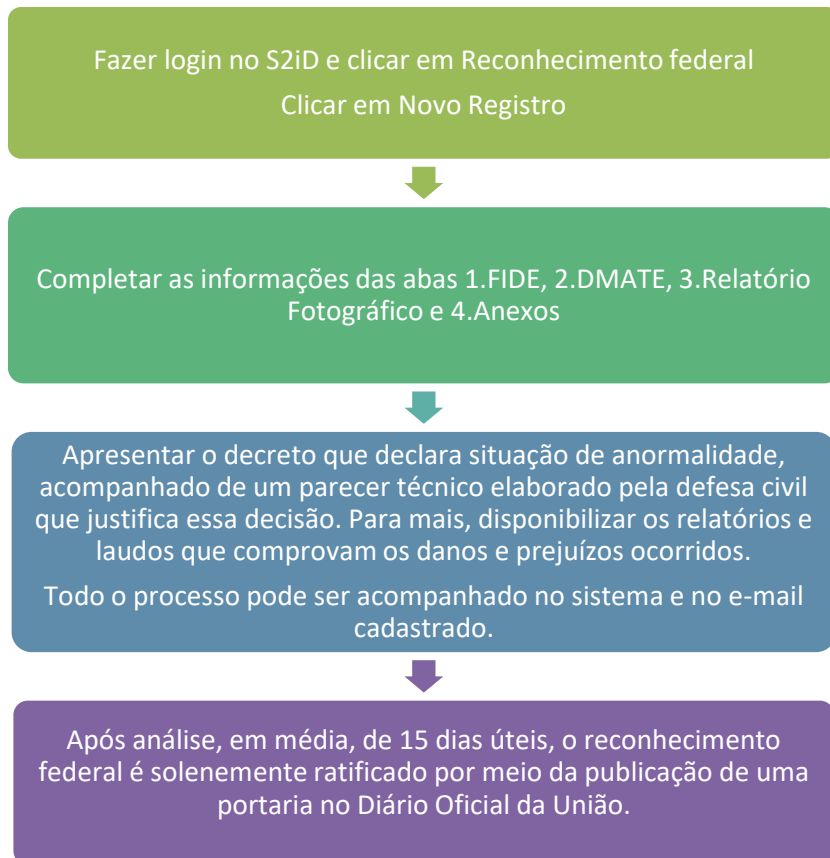
A solicitação é feita através do **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD)**, plataforma do Sistema Nacional e Proteção e Defesa Civil. Ao acessar o sistema, o representante da COMPDEC deve seguir alguns passos para solicitar o cadastro. Primeiramente, é necessário clicar na opção "modelo de ofício" e fazer o download do documento. Em seguida, o usuário deve preencher o ofício de forma completa e correta.

Após isso, o documento deve ser assinado pelo prefeito da região e, em seguida, escaneado.

Com o ofício devidamente preenchido e assinado, o próximo passo é anexar o arquivo e preencher a solicitação de cadastro para acesso ao sistema. Após preencher todas as informações necessárias, basta clicar em "solicitar cadastro" e finalizar o processo.

É importante ressaltar que os recursos destinados às ações de resposta e reconstrução têm como objetivo principal fornecer socorro e assistência às vítimas, restabelecer os serviços essenciais e reconstruir a infraestrutura e as habitações afetadas. Por outro lado, as ações de prevenção se referem à realização de obras e serviços voltados para intervenções em áreas de risco antes mesmo que os desastres ocorram.

Para a obtenção do reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, o usuário precisa, portanto:



Ao solicitar auxílio do governo federal nas ações de socorro e assistência humanitária, as ações são imediatas de forma complementar às estratégias locais de combate ao desastre. O apoio se materializa através da alocação de recursos para aquisição de kits de ajuda humanitária e da assistência logística fornecida pelas equipes em campo. O Formulário de Informações do Desastre (FIDE), consta no **Anexo II**, o modelo de Declaração Municipal De Atuação Emergencial (DMATE), consta no **Anexo III** e modelo de Decreto Municipal para declaração da situação de emergência consta no **Anexo IV**.

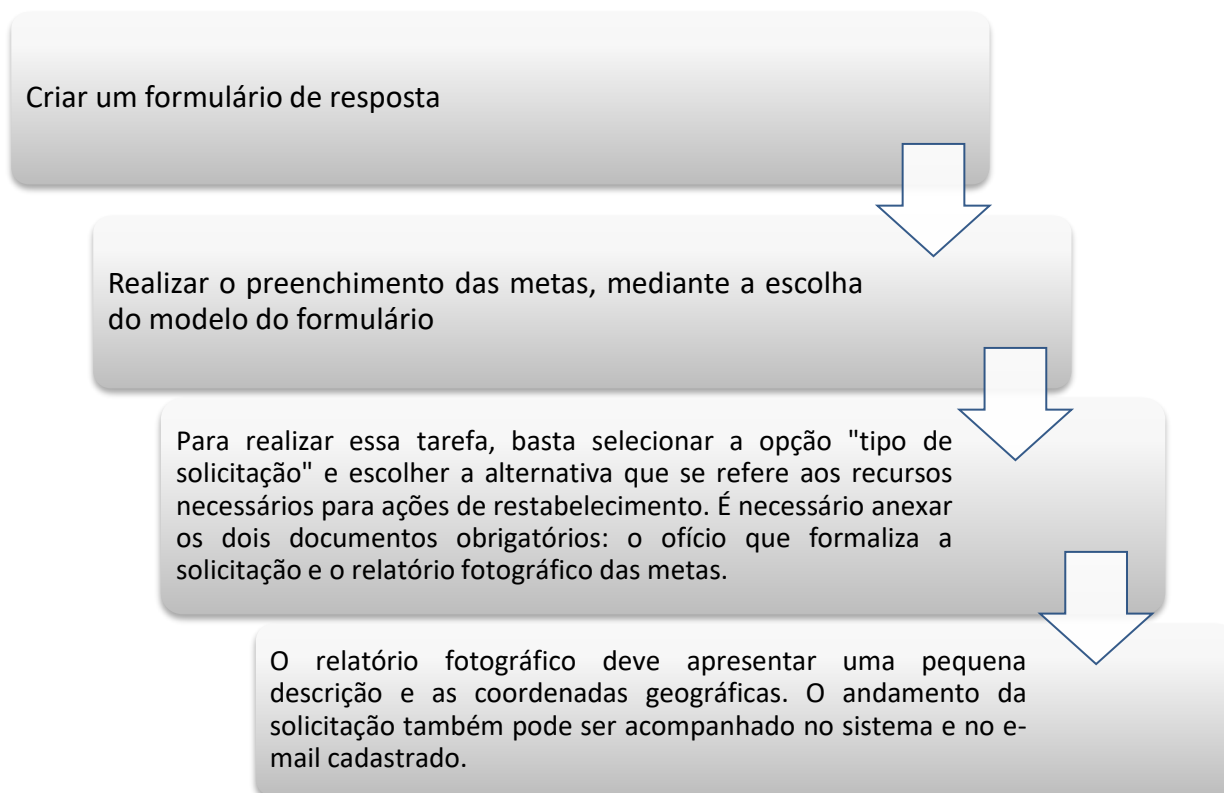
15.2 SOLICITAÇÃO DE RECURSOS VIA S2iD

O usuário pode ser solicitado a atualizar a documentação que descreve os estragos causados pelo desastre, bem como fornecer três orçamentos para cada compra ou serviço necessário. Durante essa etapa, é de suma importância detalhar:

- A meta;
- O número de pessoas a serem assistidas;
- O prazo de atendimento, enfatizando a natureza emergencial da ação.

Além disso, é essencial abrir uma conta dedicada exclusivamente ao uso do cartão de pagamento. Em seguida, os técnicos da Defesa Civil Nacional analisam se a meta está alinhada com os objetivos das ações de socorro e assistência humanitária estabelecidos na norma, se o pedido está diretamente relacionado ao desastre em questão e se as quantidades e valores apresentados são condizentes com as informações do processo.

Para a solicitação de recursos no S2iD, é preciso:



Para a solicitação de recursos para ações de restabelecimento e reconstrução, é necessário diferenciar o tipo da ação. O restabelecimento de serviços essenciais é considerado uma ação de resposta imediata ao desastre, abrangendo os casos mais urgentes. Nesse contexto, pode-se incluir estruturas parcialmente danificadas que podem ser recuperadas com o aproveitamento de materiais, bem como bueiros e pontes de pequeno porte. Essas intervenções devem ser de baixa complexidade e concluídas em até 180 dias.

Já as ações de reconstrução abrangem estruturas que foram completamente arrasadas e que requerem intervenções mais sofisticadas. É crucial ressaltar que, como parte do processo de recuperação pós-desastre, as estruturas precisam ser reconstruídas de forma mais segura, minimizando o risco de serem afetadas novamente.

A Defesa Civil Nacional recomenda que os estados e municípios sempre forneçam documentos claros, atualizados e devidamente assinados. Além disso, é importante que a classificação do tipo de desastre mencionado no decreto seja consistente com a

registrada no FIDE (Formulário de Informações do Desastre/S2iD) e nos demais documentos apresentados.

16. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DE SIMULADOS DE EMERGÊNCIA

Os simulados de preparação para os desastres se caracterizam como exercícios práticos que implicam na mobilização de recursos e pessoas para avaliar, em tempo real, o processo de remoção de pessoas de áreas com risco de desastres. Objetiva, entre outros aspectos, avaliar as ações realizadas, os recursos empreendidos e promover a capacitação e treinamento das equipes para enfrentar adequadamente uma situação de emergência.

É importante que os exercícios simulados sejam realizados periodicamente com o objetivo de atualizar e revisar planos e funções. Segue abaixo um cronograma de realização dos simulados.

Simulado de Prevenção e Resposta a Desastres Naturais
Data: Junho de 2024
Foco: Preparação e resposta a desastres naturais como enchentes, deslizamentos de terra, tempestades, etc.
Objetivos: Testar planos de evacuação, comunicação de emergência, coordenação entre agências e recursos disponíveis.
Simulado de Incêndios Florestais
Data: setembro de 2024
Foco: Simular um incêndio florestal e testar a capacidade de resposta das equipes de combate a incêndios, evacuação de áreas afetadas, coordenação com equipes de resgate e proteção de comunidades vulneráveis.
Objetivos: Avaliar a eficácia dos planos de prevenção, estratégias de combate ao fogo, comunicação com residentes e implementação de medidas de segurança.
Simulado de Gestão de Crises de Saúde Pública
Data: novembro de 2024
Foco: Lidar com emergências de saúde pública, como pandemias, surtos de doenças, intoxicações alimentares, etc.
Objetivos: Avaliar a capacidade de resposta rápida, distribuição de suprimentos médicos, comunicação com o público e implementação de medidas de controle de infecção.

Simulado de Rompimento de Barragem
Data: Dezembro de 2024
Foco: Continuar a prática e aprimoramento da resposta ao rompimento de barragem.
Objetivos: Refinar estratégias de busca e salvamento, evacuação de áreas afetadas, prestação de assistência humanitária e recuperação de infraestrutura.

17. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Verificar se o Plancon está sendo atualizado com a frequência necessária;
- Averiguar se os recursos disponíveis são suficientes para atender aos cenários de risco;
- Acompanhar a realização de treinamentos e capacitações junto a população e considerar se a mesma está sendo informada sobre os procedimentos de emergência;
- Receber a comunicação sobre a instauração de um cenário de risco e posteriormente um relatório descritivo de toda a situação, até a desmobilização do PLANCON.

18. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas: manual prático para atuação do Ministério Público / Conselho Nacional do Ministério Público**. - 1. ed. - Brasília: CNMP, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 225, parágrafo 1º inciso VI. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: **elaboração de plano de contingência**: livro base / Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

_____. **Lei Federal nº 12608 de 10 de abril de 2012** – Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

IBGE. **IBGE**: São Salvador do Tocantins. São Salvador do Tocantins. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/sao-salvador-do-tocantins/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres#:~:text=S2iD%20%2D%20Sistema%20Integrado%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20Desastres,-Info&text=Em%20apoio%20a%20estados%20e,para%20a%20an%C3%A1lise%20da%20Sedec>. Acesso em 24 jan. 2024.

SILVA, Aderita Ricarda Martins de Sena Cássia de Fátima Rangel Fernandes Eliane Lima e *et al.* **Plano de Contingência para Emergência em Saúde Pública por Seca e Estiagem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_contingencia_emergencia_seca_estiagem.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

Prefeitura de São Salvador do Tocantins: história. História. -. Disponível em: <https://www.saosalvador.to.gov.br/historia/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SORIANO, E. **Confiança, incertezas e discursos sobre os riscos de colapso de barragem na UHE Itaipu Binacional: o processo de vulnerabilização dos moradores a jusante**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SINAN - **Sistema de Informações de Agravos de Notificações**. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/> . Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidades de Conservação no Brasil: área de proteção ambiental lago de são salvador do to, paranã e palmeirópolis. Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do TO, Paranã e Palmeirópolis. -. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/4962>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, D. R. **Discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo desastre-crime da barragem de mineração da Samarco**. 2019.148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES, 2019.